

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL ã FSSO
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL ã PPGSS/
MESTRADO**

ANDRÉ LUCIANO DA SILVA

**AS BASES HISTÓRICO-ECONÔMICAS DO CAPITAL FICTÍCIO NôO CAPITAL
DE KARL MARX**

MACEIÓ, AL

2017

ANDRÉ LUCIANO DA SILVA

**AS BASES HISTÓRICO-ECONÔMICAS DO CAPITAL FICTÍCIO NôO *CAPITAL*
DE KARL MARX**

Dissertação apresentada à banca avaliadora como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da Universidade Federal de Alagoas- UFAL.

Orientador: Prof. Dr. José Menezes Gomes

MACEIÓ, AL

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-PPGSS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-PPGSS

ATA DA CENTÉSIMA PRIMEIRA
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL.

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às 15 horas, na sala de Multimeios da Faculdade de Serviço Social, realizou-se a centésima primeira sessão defesa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, na qual foi apresentado o trabalho intitulado “As bases Histórico-econômicas do capital fictício no O Capital de Karl Marx”, pelo aluno ANDRÉ LUCIANO DA SILVA. A banca foi composta pelos professores: Dr. Fábio Guedes Gomes, Dr. Artur Bispo dos Santos Neto e Dr. José Menezes Gomes, homologada em reunião do Colegiado do PPGSS no dia 08 de setembro de 2017. Após a exposição de 30 minutos, o candidato foi arguido pelos membros da banca, tendo 40 minutos para responder. Após a defesa, os examinadores se reuniram e chegaram aos seguintes resultados:

Examinador1: Dr. Fábio Guedes Gomes APROVADO

Examinador2: Dr. Artur Bispo dos Santos Neto APROVADO

Orientador: Dr. José Menezes Gomes APROVADO

Resultado final: APROVADO

Maceió, 20 de setembro de 2017.

Dr. Fábio Guedes Gomes (UFAL)

Dr. Artur Bispo dos Santos Neto (UFAL)

Dr. José Menezes Gomes (UFAL)

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S586b Silva, André Luciano da.
As bases histórico-econômicas do capital fictício n' ***O Capital*** de Karl
Marx / André Luciano da Silva. – 2018.

75 f.

Orientadora: José Menezes Gomes.
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social. Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 73-75.

1. Marx, Karl, 1818-1883 – Crítica e interpretação. O capital. crítica
da economia política 2. Capital. I. Título.

CDU: 364:330.14

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a classe trabalhadora pela bolsa disponibilizada a mim, pois sabemos de onde vêm estes recursos;

Aos meus pais pela paciência e ajuda durante este percurso;

À banca que se dispôs a participar deste momento importante do meu desenvolvimento pessoal e de ampliação de consciência enquanto classe trabalhadora. Em especial ao meu orientador que soube observar meus limites e contribuir para amenizá-los.

Aos amigos de mestrado pelas horas maravilhosas de discursões, risos, sofrimentos e de militância.

Vilarejo
Marisa Monte

Há um vilarejo ali
Onde areja um vento bom
Na varanda quem descansa
Vê o horizonte deitar no chão
Pra acalmar o coração
Lá o mundo tem razão

Terra de heróis, lares de mãe
Paraíso se mudou para lá
Por cima das casas cal

Frutas em qualquer quintal
Peitos fartos, filhos fortes
Sonhos semeando o mundo real
Toda a gente cabe lá
Palestina Shangri-lá

Vem andar e voa
Vem andar e voa
Vem andar e voa

Lá o tempo espera
Lá é primavera
Porta e janelas estão sempre abertas
Para a sorte entrar
Em todas as mesas pão

Flores enfeitando
Os caminhos, os vestidos, os destinos
E esta canção
Tem o verdadeiro amor
Para quando você for.....

RESUMO

O capital fictício é uma forma capital que se apresenta na atualidade como aquela que por si e para si se autovaloriza. Que não depende diretamente do processo de produção real do capital, do capital produtivo para se valorizar. E desta forma, o capital fictício lança seus véus sobre o seu próprio processo metabólico de obtenção de mais-valia e se torna a forma mais alienante e alienadora que o capital produziu. E neste contexto, parece perder-se de vista a crônica dependência que esta forma capital tem em relação à intensiva exploração do trabalho. No entanto, nossa dissertação contribui para descortinar este caráter místico e fantasmagórico do capital fictício, justamente analisando suas raízes histórico-econômicas dentro da lógica da produção capitalista. Para isso, realizamos uma leitura imanente na obra, que a nosso ver melhor contribuiu para explicar o metabolismo da produção e reprodução do capital, **O Capital: Crítica da Economia Política** de Karl Marx. Neste texto, que consiste em três tomos, o autor ao analisar o surgimento, o desenvolvimento, as contradições e a possível superação do capitalismo já expõe a manifestação da forma capital fictício. Obviamente, Marx não tece com maiores contornos tal capital, mas já nos deixa o seu metabolismo, suas raízes, e a sua dependência ao processo de exploração do trabalho.

Palavras- chave: Capital fictício – O Capital – Karl Marx.

RESUMEN

El capital ficticio es una forma capital que se presenta en la actualidad como aquel que por sí y para sí se autovaloriza. Que no depende directamente del proceso de producción real del capital, del capital productivo para valorizarse. Y de esta forma, el capital ficticio lanza sus velos sobre su propio proceso metabólico de obtención de plusvalía y se convierte en la forma más alienante y alienadora que el capital ha producido. Y en este contexto, parece perderse de vista la crónica dependencia que esta forma capital tiene en relación a la intensiva explotación del trabajo. Sin embargo, nuestra disertación contribuye a descortinar este carácter místico y fantasmagórico del capital ficticio, justamente analizando sus raíces histórico-económicas dentro de la lógica de la producción capitalista. Para ello, realizamos una lectura inmanente en la obra, que a nuestro ver mejor contribuyó a explicar el metabolismo de la producción y reproducción del capital, *El Capital: Crítica de la Economía Política* de Karl Marx. En este texto, que consiste en tres tomos, el autor al analizar el surgimiento, el desarrollo, las contradicciones y la posible superación del capitalismo ya expone la manifestación de la forma capital ficticio. Obviamente, Marx no tiende con mayores contornos tal capital, pero ya nos deja su metabolismo, sus raíces, y su dependencia al proceso de explotación del trabajo.

Palabras clave: Capital ficticio - *El Capital* - Karl Marx.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
 CAPÍTULO I: AS BASES HISTÓRICO-ONTOLÓGICAS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO PRIMEIRO VOLUME DÔO CAPITAL.....	14
 1.1 Mercadoria, valor, trabalho e dinheiro: categorias bases da teoria marxiana do valor.....	15
1.2 O processo de valorização do valor e a teoria marxiana da mais-valia: o movimento de criação do valor excedente.....	19
1.3 A Lei geral da acumulação do capital: a transformação da mais-valia em capital.....	23
 CAPÍTULO II: O PROCESSO DE REPRODUÇÃO/CIRCULAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL TOTAL NO SEGUNDO VOLUME DÔO CAPITAL.....	29
 2.1 O Movimento metamórfico e cíclico do capital.....	30
2.1.1 O Movimento global do capital monetário.....	30
2.1.2 O Movimento global do capital produtivo.....	34
2.1.3 O Movimento global do capital-mercadoria.....	37
2.1.4 O tempo global do movimento cíclico e metamórfico do capital: alguns aspectos acerca da questão da rotação do capital	38
 2.2 A teoria marxiana da reprodução/circulação do capital social total.....	39
2.2.1 Os dois departamentos da produção social e o consumo do mais-valor: a reprodução simples e a reprodução ampliada do capital social total.....	40
 CAPÍTULO III: AS BASES HISTÓRICO-ECONÔMICAS DO CAPITAL FICTÍCIO NO TERCEIRO VOLUME DÔO CAPITAL.....	43
 3.1 A Lei tendencial da Queda da taxa de lucro: a lei imanente do modo de produção capitalista.....	43

3.1.1 O desenvolvimento do modo de produção capitalista como o seu próprio empecilho: a lei marxiana da queda tendencial da taxa de lucro.....	44
--	----

3.2 O capital portador de juros e o desenvolvimento do sistema de crédito: as bases histórico-econômicas do capital fictício.....50

3.2.1 O capital portador de juros e o capitalista prestamista: os parasitas de lucro.....	50
3.2.2 Do desenvolvimento do sistema de crédito ao desenvolvimento do comércio de dinheiro: o surgimento do capital bancário.....	53
3.2.3. A especificidade do capital fictício em Marx	57

CAPÍTULO IV: CAPITAL FICTÍCIO E CRISE DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE: BREVES ANOTAÇÕES.....61

4.1 Crise atual do capital e centralidade do capital fictício: breves exposições.....	61
---	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
---------------------------	----

REFERÊNCIAS.....	74
------------------	----

INTRODUÇÃO

O capital fictício é uma forma capital que se apresenta na contemporaneidade como autômata à produção real do capital. Como aquele capital que por si e para si se autovaloriza. E que parece não ter uma relação intrínseca com o capital produtivo, com a exploração do trabalho. Isso não passa de um grande engodo!

Vários pensadores¹ já vêm se debruçando sobre o capital fictício, muitos deles na intenção de explicar as crises do capital na atualidade perante o processo de **Mundialização da Financeirização da Economia Capitalista**, e o papel central que tal forma capital tomou, desde finais de 1970 e começo de 1980. Outros, por sua vez, pesquisam sobre os impactos deste capital na organização da classe trabalhadora² e também no seu psicológico³.

É certo que o processo de exploração do trabalho pelo capital ganha novo contorno com a ascensão do capital fictício e que se soma às mudanças requeridas e operadas pelo capital, especialmente com a aplicação das medidas neoliberais que intensificam as relações de expropriação da mais-valia e reproduz a subordinação da classe trabalhadora aos interesses da classe capitalista. E neste contexto, o erro alucinógeno da teoria do fim do trabalho e do proletariado se expande⁴.

Frente a isso, o objetivo desta dissertação é buscar as bases histórico-econômicas desta forma-capital para compreender sua especificidade e correlação com o processo real da produção capitalista. E assim, expor sua intrínseca relação com o processo de aprofundamento da exploração da força de trabalho.

E isso porque, compreender a lógica do desenvolvimento do capital fictício e sua importância no cenário atual do capitalismo consiste também em entender as suas bases histórico-econômicas, e tal exercício não deve ser tarefa apenas para os economistas e historiadores, mas para todos aqueles que buscam elucidar a atualidade do capitalismo e seus reflexos na organização e reprodução da sociedade subordinada ao capital.

¹ Ver por exemplos: Chesnay (1996, 2005), R. Carcanholo (2009, 2011), Sabadini (2013); R. Carcanholo; Sabadini (2009), Nakatani (2000), R. Carcanholo; Nakatani (1999, 2009); Marques; Nakatani (2013) Germer (1994); Corraza (1999); Mollo (2011), Meyer (1998). Já no começo do século passado temos além de uma crítica aos fundamentos da corrente marginalista e utilitarista; uma boa crítica aos capitalistas rentistas em Bukhárin (1974); e tratando sobre o capital financeiro, uma fusão entre capital bancário e industrial, temos Hilferding (1985) e Lenin (2007).

² Ver M. D. Carcanholo (2010) e Sabadini (2009).

³ Ver o ótimo artigo de Lima (2013).

⁴ Ver sobre a “apologia” do fim do trabalho e do proletariado em: Mallet (1963); Gorz (1987); Schaff (1990); Lojkin (1995), e suas repercussões aqui no Brasil em autores marxistas como: Antunes (1999); Iamamoto (1998) e Saviani (1991). E de forma especial ver o texto de Lessa (2011) que analisa todas essas teorias e expõe suas contradições e equívocos frente à lógica imanente do processo de produção capitalista exposta por Marx.

Dentre estes pesquisadores comprometidos com o desvelamento do real estão uma boa parte dos assistentes sociais, que segundo Mota (2013) e Lessa (2012), progressivamente estão produzindo pesquisas de ponta, e consequentemente se distanciando do caráter subalterno perante as demais ciências sociais. E isso porque, se antes buscavam nas ciências sociais particulares as aspirações para o fazer e o entender profissionais⁵; hoje tal situação tem se modificado fundamentalmente, pois “não lhe resta [ao Serviço Social] alternativas senão desenvolver as investigações teóricas de fundo de que necessita” (LESSA, 2012, p. 12).

A prática profissional decorrente de demandas cada vez mais complexas impostas pela realidade social exige para além do mero preencher formulários e fazer visitas domiciliares etc.; necessitou cada vez mais conhecer a realidade social, econômica e política que eles atuam. Assim, como entender melhor o seu maior empregador, o Estado, sua necessidade ontológica na sociedade e o do por que dele empregar e assalariar agentes para atenuar e não erradicar os males sociais através de políticas públicas. Aliás, implica em pôr no divã o próprio agir profissional e fazer a pergunta: estamos mudando para melhor a realidade miserável da maioria da população?

Esta questão que antes estava nebulosa aos primeiros assistentes sociais teve com a aproximação à teoria social marxiana suas primeiras revelações. A sociedade capitalista, assim como as sociedades classistas anteriores, se nutre da dominação de uma classe sobre a outra. E neste processo, o fazer profissional dos assistentes sociais, na sociedade capitalista, serve, assim como vários outros fazeres profissionais, para reproduzir essa condição de subordinação da classe trabalhadora aos interesses do capital.

Posto isso, compreender as raízes histórico-econômicas do capital fictício é também compreender a estrutura do processo real do capital e de seu processo de reprodução em que também o assistente social desempenha sua função profissional.

Todavia, tal compreensão deve partir de uma teoria social que de fato dê subsídios capazes de analisar o metabolismo desse capital dentro da lógica da produção capitalista. E que esta teoria se baseia em um processo metodológico coerente, que se direcione “da terra para o céu”, e não ao contrário. Que busque, por sua vez, a explicação na realidade e não na superficialidade do fenômeno.

⁵ Ver Iamamoto; Carvalho (1987); Netto (1991; 1992); Martinelli (1991); Montaña (2007).

Por isso, o método adotado nesta dissertação é o método dialético que consiste na busca da raiz do objeto para compreender sua especialidade, singularidade e relações com a totalidade, entendendo esta como uma “unidade de diversidades”⁶.

A nosso ver nenhum outro pensador tratou com tanta maestria da explicação do processo real de produção e circulação do capital, demonstrando suas bases, desenvolvimento, contradições e possibilidade de superação, senão o alemão comunista Karl Marx (1818-1883). Em sua obra máxima ***O Capital: Crítica da Economia Política***, que consiste em três tomos, ele descortina o metabolismo em que o dinheiro torna-se mais dinheiro, e expõe que a constante reprodução deste metabolismo é condição crônica da existência do modo de produção capitalista.

É nesta obra que Marx também trata sobre o capital fictício, justamente no seu volume terceiro. É certo que de forma menos detalhada, mas que põe, já naquela época, o desenvolvimento dessa forma capital atrelada ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

Posto isso, nossa dissertação buscou na letra de Marx, especificamente na obra ***O Capital***, as bases histórico-econômicas do capital fictício dentro da lógica metabólica do processo de produção e reprodução capitalista n’ ***O Capital***. Para isso, utilizamos de uma leitura imanente da obra marxiana acima, observando suas linhas e desdobramentos para entender as bases histórico-econômicas de tal forma-capital.

Cabe salientar que leitura imanente, segundo Lessa (2014, p. 67-74) consiste numa técnica de estudo que prioriza rigorosamente o conteúdo do texto analisado. Implica, primeiramente, numa leitura atenta de uma obra com o objetivo de “descobrir e anotar as ideias centrais de cada parágrafo, bem como as relações entre eles”. Com as ideias centrais extraídas e suas relações expostas, redige-se mediante estas um pequeno texto no qual é possível apresentar, de forma resumida, as teses centrais e os desdobramentos da obra estudada.

Dessa forma, para a realização da leitura imanente, é necessário o difícil exercício de deixar o autor do texto “falar”, ou seja, de que predomine neste processo de estudo o conteúdo do texto sobre nossas ideologias e paixões. Tal processo, ainda como aponta Lessa, “é o mais adequado para a compreensão das categorias, teses etc., sobretudo da literatura clássica”. Outra exigência a esta técnica é justamente a capacidade de administrar o nosso tempo de

⁶ Ver Tonet (2013) ao tratar sobre o método em Marx, e o interessante artigo de Carvalho (2007) que nos relembra do resgate da categoria da totalidade para nossas pesquisas.

estudo já que a realização dessa leitura exige muitas horas de quem a pratica, principalmente se for uma obra densa como **O Capital**, por exemplo.

É certo, assim como revelam alguns autores, que a explanação do capital fictício se encontra especificamente no volume terceiro **dô O Capital**, na Seção V que trata sobre a divisão da mais-valia entre juro e ganho empresarial mediante a exposição do processo do capital portador de juros e do desenvolvimento do sistema de crédito. Todavia, para compreender o metabolismo de tal forma capital é imprescindível, a nosso ver, o entendimento do processo de criação-valorização e consumo da mais-valia, ou seja, exige o estudo dos dois volumes antecedentes da obra de Marx. E como acertadamente Sabadini (2013, p. 584) expõe:

[...] para nós, é impossível desmistificar as categorias do Livro III, em particular o capital portador de juros e o capital fictício – centrais na análise concreta do capitalismo contemporâneo –, se nós não entendermos a essência das categorias do Livro I [e II].

Aliás, como o próprio autor expôs os três tomos correspondem a um “todo artístico”. Ademais, é necessário sempre resgatar a categoria da totalidade tão importante para o método dialético em Marx.

Posto isso, nossa dissertação se encontra estruturada em quatro capítulos. Os três primeiros, assim como os três tomos da obra de Marx, resgatam através da leitura imanente a dialética da produção e reprodução do capital exposta pelo autor, e dela as bases histórico-econômicas do capital fictício. Já o último capítulo, esboça brevemente como esta forma-capital tornou-se central no capitalismo contemporâneo, exigindo constantemente o aumento do grau de exploração do trabalho.

Em outros termos: o primeiro capítulo descreve como Marx expõe sua teoria do valor-trabalho, a teoria da mais-valia, a Lei Geral da acumulação do capital, e a acumulação primitiva do capital; o segundo capítulo apresenta o movimento cíclico, metabólico e periódico do capital, em outras palavras: a sua circulação; o terceiro capítulo analisa a Lei tendencial da queda da taxa de lucro, o capital portador de juros, o desenvolvimento do sistema de crédito, o aparecimento do capital bancário e deste contexto histórico-econômico de desenvolvimento do próprio sistema capitalista de produção o surgimento do capital fictício; já o quarto capítulo ao expor brevemente como esta categoria tornou-se central para a compreensão do capitalismo contemporâneo e de sua atual crise, apresenta como ela parasita a produção real exigindo mais exploração do trabalho.

CAPÍTULO I

AS BASES HISTÓRICO-ONTOLÓGICAS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO PRIMEIRO VOLUME DêO CAPITAL

No primeiro volume, Marx trata da questão principal da economia política: de onde vem a riqueza? Qual é a fonte do Lucro?[...] Marx mostra pela primeira vez [ao longo dêO Capital] como nasce o lucro e como este vai parar no bolso dos capitalistas.

(LUXEMBURGO, 2009, p.136-137).

O processo de trabalho e o processo de valorização, assim como as bases histórico-ontológicas em que se assentam o modo de produção capitalista são analisados no primeiro volume **dêO Capital**⁷. Neste, Marx apresentando a dialética deste modo de produção explica a seguinte questão: “[...] como pode o possuidor de dinheiro comprar mercadorias por seu valor, vendê-las também por seu valor e mesmo assim retirar delas mais do que adiantou?” (MEHRING, 2003, p. 18). Tal indagação tem como ponto de partida para sua solução a compreensão da teoria do valor-trabalho e da teoria da mais-valia marxianas, assim como a Lei Geral da acumulação do capital.

⁷ A obra de Karl Marx O Capital: crítica da Economia Política é dividida em três tomos: volume primeiro: O processo de produção do capital (1867); volume segundo: O processo de circulação do capital (1885) e volume terceiro: O processo global da produção capitalista (1894). A soma dos três volumes representa “um todo artístico. Todavia, o volume primeiro foi o único que Marx conseguiu publicar em vida, os dois outros volumes foram editados e publicados pelo seu amigo F. Engels. No entanto, Marx trabalhou nestes dois volumes até 1879, é certo que não com a mesma intensidade como a do primeiro volume. Havia também o projeto da publicação de um quarto volume que tratava da história das doutrinas econômicas pré-capitalistas. Tal volume foi ordenado e editado entre 1905-1910 por Karl Kautsky com o título Teorias da Mais-Valia. Em 1954, o Instituto Marx-Engels fundado por D. Riazonov lança uma nova edição deste volume, contudo retirando do texto as intervenções arbitrárias de Kautsky. Sérgio Lessa, no prefácio de seu livro: Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo (2011), explica que a elaboração da obra monumental de Marx durou uma década (1857-1867) e neste período, perpassado por enfermidades e dificuldades financeiras, Marx produz, além de outros textos, os rascunhos de sua obra. Em relação às edições do primeiro volume, ainda segundo Lessa (2011), em 1871, dentre vários outros trabalhos, Marx revisa o primeiro livro para a segunda edição alemã. Já no ano de 1872, acerta a primeira edição francesa e recebe exemplares da primeira edição russa, lançada em janeiro do mesmo ano. Um ano depois é impresso em Hamburgo a segunda edição do primeiro volume de sua obra. Já, em 1879, Marx trabalha nos volumes II e III de O Capital, contudo, não consegue publica-los. Morre em 1883. Engels continua as pretensões teóricas de seu amigo; publica uma edição inglesa do primeiro volume d’ O Capital, além de prefaciá-la terceira edição alemã. Segundo Lessa (2011, p.24) “[...] por fim, em 1890, sete anos após a morte de seu autor, Engels organizou o que se tornou o texto definitivo do Livro I, a quarta edição alemã, acrescentando notas e observações que [ele] julgou imprescindíveis”. Após longos tratamentos médicos, em 1895, em Londres, Engels morre.

A apreensão das categorias e da dialética no primeiro volume d' **O Capital** de Marx é fundamental para compreendermos, posteriormente, a dependência da categoria capital fictício ao processo real da produção capitalista, e dele a sua relação com a intensificação da exploração do trabalho. Por isso, precisamos entender como **Marx** apresenta o metabolismo da produção capitalista no primeiro volume de sua obra.

1.1 Mercadoria, valor, trabalho e dinheiro: categorias bases da teoria marxiana do valor

Marx começa observando em sua obra que a riqueza onde predomina o modo de produção capitalista é apresentada como um amontoado de mercadorias, e a mercadoria individual como a sua forma elementar. Por isso, ele parte da análise da categoria mercadoria para expor sua teoria do valor-trabalho⁸.

Mercadorias para Marx são coisas, objetos externos, e suas propriedades satisfazem necessidades humanas de qualquer espécie, “sejam originadas pelo estômago ou pela fantasia”. Na sociedade capitalista⁹ elas apresentam uma forma dúplice¹⁰: é objeto de uso e é portadora de valor. Enquanto objeto de uso representa seu valor de uso. Enquanto portadora de valor representa seu valor de troca.

O valor de uso para Marx consiste no uso da coisa, da mercadoria, do bem. Este valor se realiza mediante o consumo ou uso desse objeto. Sua determinação é sempre quantitativa, constitui o conteúdo material da riqueza de qualquer sociedade, e na sociedade capitalista ele é o portador material, o corpo do valor.

Já o valor de troca é a propriedade que as mercadorias de valores de usos diferentes possuem de serem trocadas umas pelas outras. Contudo, para que o valor de troca das mercadorias ocorra os seus valores de uso devem ser reduzidos a algo comum entre elas. Esse

⁸ A teoria do valor-trabalho formulada em fins do século XVIII e começo do XIX têm como pais os grandes economistas clássicos e ingleses Adam Smith e David Ricardo. Todavia, apesar de eles compreenderem que o valor de troca da mercadoria era decorrente do tempo de trabalho empregado para a sua produção, não conseguiram explicar a origem do mais-valor, do lucro do capital e não diferenciaram valor de uso de valor de troca; tampouco solucionaram o problema do porquê de diferentes empregos de força de trabalho obter taxas de lucro iguais. A teoria do valor-trabalho marxiana, por sua vez, responde a estas questões, pois em vez de partir do valor Marx parte da mercadoria.

⁹ “Nos modos de produção da velha Ásia e da Antiguidade etc., a transformação do produto em mercadoria, e, portanto, a existência dos homens como produtores de mercadorias, desempenhara papel subordinado, que, porém se torna tanto mais importante quanto mais as comunidades entram na fase de declínio” (MARX, 1996a, p.204).

¹⁰ Além disso, ainda no primeiro capítulo do primeiro volume d' O Capital, na subseção quatro, Marx trata sobre o caráter fetichista das mercadorias. Apresentando que elas refletem aos homens características sociais do seu próprio trabalho como se fossem características objetivas dos próprios produtos.

algo em comum não pode ser uma propriedade natural das mercadorias, mas sim a abstração de seus valores de uso, a abstração das propriedades corpóreas das mercadorias. Tal ente em comum é o valor. Porém, qual a medida do valor? Qual é a sua grandeza?

Marx explica que o valor de uso possui em si trabalho humano cristalizado, ou seja, que são produtos de trabalho humano pretérito. Assim, se as mercadorias são produtos de trabalho humano, independente de suas qualidades físicas, químicas etc., então o trabalho é o que determina o valor das mercadorias, é “a grandeza do valor”, “a substância constituidora de valor”. Posto isso, para Marx “o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante sua produção”. Já que as mercadorias levam tempos diferentes de trabalho para serem produzidas; mercadorias diferentes possuem **quantum** de trabalho diferente, de valores diferentes¹¹.

Obviamente, tal quantidade de trabalho não pode ser tomada como algo aleatório, por isso, o tempo de trabalho que Marx se refere é “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1996a, p.169). Sendo sua unidade de medida em horas, dias, mês etc.

Trabalho para Marx (1996a, p.297-304) consiste num processo entre homem e natureza, onde este busca subverter as leis naturais para atender as suas necessidades. Para isso, ele busca compreender as propriedades das matérias naturais exterior a ele e age com seus braços, pernas, cabeça, mãos, para concretizar seus objetivos. Tal ação humana orientada conscientemente a um fim consiste na **teleologia**, e as leis naturais que independem dos homens para existirem representam a **causalidade**. Ambas fazem parte do processo de trabalho¹², são momentos ontológicos deste processo.

¹¹ Neste processo os trabalhos simples – média em que toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial possui em seu organismo físico – são quantum de trabalhos mais complexos – aqueles que exigem mais habilidades, técnicas conhecimentos e processamentos. Assim, trabalhos mais complexos valem como trabalhos simples potencializados, ou seja, multiplicados pelo número de trabalho simples. “Uma mercadoria pode ser o produto do trabalho mais complexo, seu valor a equipara ao produto simples e, por isso, ele mesmo representa determinado quantum de trabalho simples.” (MARX, 1996a, p.173-174). E como para produzir produtos diferentes exigem-se determinadas espécies de atividades produtivas diferentes, de trabalhos úteis diferentes, temos a concretização de uma divisão social do trabalho, a divisão social do trabalho.

¹² Em seu livro O mundo dos homens: trabalho e ser social (2012) o filósofo e professor Sérgio Lessa apresenta-nos bem mais delineadas essas categorias partícipes do processo de trabalho ao analisar a teoria do ser social presente na obra do húngaro G. Lukács Para a ontologia do ser social. Acerca da categoria trabalho, no sentido ontológico, Lukács, partindo do método marxiano, apresenta-nos, no primeiro capítulo do segundo tomo desta obra, a centralidade do trabalho frente aos demais complexos. Defende que o trabalho é a práxis primária que possibilita os demais complexos sociais como a educação, a linguagem etc., que são práxis, teleologias secundárias. O trabalho para ele possibilitou um salto de qualidade ontológica que superou o ser puramente biológico, e deu origem ao ser social.

Neste processo teleológico os seus elementos simples são: o **objeto de trabalho** e os **meios de trabalho**. O objeto de trabalho preexiste na natureza, são produtos naturais da terra, por exemplo, a água, a madeira que se abate na floresta etc., – todavia, quando o objeto de trabalho já é extraído por força de trabalho, denomina-se **matéria-prima**, por exemplo, o minério recém-arrancado de seu filão e que agora será lavado; da matéria-prima temos ainda aquela que é consumida pelos meios de trabalho, o carvão pela máquina a vapor, por exemplo, é **matéria-auxiliar**.

Já, os meios de trabalhos, por sua vez, são coisas ou um conjunto de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho, por exemplo, uma pedra, uma ferramenta. Os homens utilizam-se das propriedades físicas, mecânicas e químicas desses meios para fazê-los atuar sobre outras coisas conforme seus objetivos.

Assim:

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma do ser, do lado do produto. Ele fiou e o produto é um fio (MARX, 1996a, p.300).

Tomando o processo como um todo e observando o seu resultado Marx analisa que tanto o objeto de trabalho quanto os meios de trabalho aparecem como **meios de produção**, e o trabalho como **trabalho produtivo**¹³. No processo de trabalho o homem ao momento que modifica a natureza modifica a si próprio, pois ele ao construir algo que não existia antes apreende novas técnicas, qualidades, conhecimentos etc., que antes não possuía; e constrói uma coisa que mesmo partido de sua intensão é diferente dele. Que possui uma identidade própria, independente do seu criador (o fio que acabará de ser fiado não será o homem quem o fiou).

Tal relação processual é condição universal e eterna da vida humana, por isso, independente de qualquer forma social. “Tão pouco quanto o sabor do trigo revela quem o plantou, podem-se reconhecer nesse processo as condições em que ele decorre se sob o brutal açoite do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista” (MARX, 1996a, p.303).

¹³ Marx atenta para: “Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista” (MARX, 1996a, nota de rodapé 289, p.300). E retoma essa questão no capítulo XIV para especificar o modo de produção capitalista e expor que o processo de trabalho que se realiza aqui é mais complexo.

Posto isso, seja qual for a forma social o processo de trabalho é base constituinte, pois para sobreviver os homens precisam constantemente modificar, adaptar às suas necessidades as leis naturais e físicas.

Contudo, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho decorridas de novas habilidades dos trabalhadores, do nível de desenvolvimento das ciências e das tecnologias e suas aplicabilidades no processo produtivo, o tempo de trabalho também muda, assim como o processo de trabalho se complexifica. E dessa forma o **quantum** de tempo de trabalho exigido para a produção de um dado produto encurta. Assim, menos tempo de trabalho é requerido, porém, menos valor os produtos terão.

Isso implica em dizer que apesar de uma grande quantidade de valor de uso, ou seja, de corpos de mercadorias representarem maior riqueza material, tal massa pode corresponder a um decréscimo na grandeza de valor, pois quanto mais valor de uso e menos tempo de trabalho, menor o valor.

A mercadoria, como vimos, possui um caráter dúplice, é forma natural e é forma de valor, apesar disso, apenas podemos compreender a objetividade do valor das mercadorias numa relação social entre mercadorias. Ou seja, que a objetividade do valor da mercadoria é social, e que ela se dá em relação a outras mercadorias diferentes. O que elas têm em comum é que são produtos de trabalho e por isso contém em si tempo de trabalho.

Além disso, Marx advoga que as mercadorias possuem uma forma comum de valor que se contrasta com a heterogeneidade das demais mercadorias. Esta forma comum segundo Marx é a **mercadoria dinheiro**¹⁴. Ela é a forma equivalente geral dos valores dentro do mundo das mercadorias, pois, seja na forma de ouro, ou de prata, ela pode ser trocada¹⁵ por qualquer outra. Dessa maneira: “Dinheiro como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (MARX, 1996a, p.219).

No entanto, o dinheiro não age apenas como mercadoria monetária, servindo só como a medida de valor entre as mercadorias, e assim como os preços delas, mas pode realizar outras funções como, por exemplos: ser meio circulante das mercadorias¹⁶; e como dinheiro

¹⁴ A mercadoria dinheiro torna-se a forma mais evoluída de equivalente geral só mais tarde, antes se utilizava uma mercadoria que tinha aceitação ampla, por exemplo, o gado.

¹⁵ O processo de troca das mercadorias é analisado no capítulo II do primeiro volume d’ O Capital. Aqui Marx observa que o ato de troca é um contrato de vontades comuns entre os proprietários de mercadorias, visto que “As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar” (MARX, 1996a, p.209). Por isso, a troca é uma relação histórica e social.

¹⁶ Ver capítulo III no qual Marx apresenta o dinheiro, na forma de ouro ou de prata, enquanto mercadoria que desempenha a função: de medidor de valor das mercadorias e como padrão dos preços delas (já que os preços são quantidades de ouro em que se transformam idealmente os valores reais das mercadorias), e também como

mesmo proporcionar o entesouramento ou consistir em meio de pagamento, e por fim pode funcionar como capital.

É justamente nesta última função do dinheiro que Marx expõe a fórmula geral do capital: $D - M - D'$. Neste processo, dinheiro é despendido como capital monetário, ou seja, dinheiro que tem por objetivo gerar mais dinheiro¹⁷, já que **capital** é o que é despendido com a intensão de gerar mais valor. Ele – o dinheiro na forma de capital – (D) converte-se em mercadorias (M) para produzir novas mercadorias e vendê-las no mercado e assim gerar mais dinheiro (D'). Deste modo: “Dinheiro que em seu movimento descreve essa [...] circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital” (ibid, p.268). E no final deste processo de circulação “[...] mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo” (ibid, p.271).

Contudo, o processo em que o D torna-se D' (em que dinheiro torna-se mais dinheiro) só pode ser compreendido quando observamos a dinâmica do processo de valorização do valor no modo de produção capitalista. E é neste processo que poderemos entender a teoria marxiana da mais-valia.

1.2 O processo de valorização do valor e a teoria marxiana da mais-valia: o movimento de criação do valor excedente

O processo de valorização do valor no modo de produção capitalista é justamente a unidade de processo de trabalho e processo de produção do mais valor, visto que o capitalista individual desembolsa um **quantum** de dinheiro para comprar mercadorias para produzir novas mercadorias que em sua composição possui **um plus**. As mercadorias compradas agem como capital no movimento de valorização, pois assim como a massa de dinheiro despendida são utilizados com o fim de produzir mais-valia.

O objetivo deste processo não é o valor de uso do produto produzido, o valor de uso da nova mercadoria, mas a produção da mais-valia. E isso pelo fato de que: “Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia” (Ibid, p.305).

meio de circulação entre as mercadorias no processo $M - D - M$ – vender mercadorias e com o dinheiro comprar mercadorias.

¹⁷ Ver capítulo IV onde Marx analisa o processo de transformação do dinheiro em capital; observa a diferença entre a circulação específica desse capital monetário e a circulação da mercadoria dinheiro ($M - D - M$) e apresenta a fórmula $D - M - D'$ como a fórmula geral do capital. Neste processo, utiliza-se o dinheiro como capital, pois o investe para retirar no final mais dinheiro que o despendido no começo. Assim, compra mercadorias para produzir novas mercadorias e vendê-las no mercado.

Para que este capitalista¹⁸ consiga “produzir” essas novas mercadorias ele deve primeiramente comparecer, munido de dinheiro, ao mercado de mercadorias e o de trabalho. Lá, o capitalista compra meios de produção (matérias-primas, matérias auxiliares etc.). Aqui ele compra força de trabalho¹⁹, a única mercadoria do trabalhador que desprovido de seus meios de produção a vende em troca de uma quantia de dinheiro (seu salário)²⁰ para sobreviver. Lá temos capital constante, valores de uso para a produção. Aqui, capital variável, aquele que tem a propriedade de criar no atrito produtivo com o capital constante não só valores de uso, mas valor excedente. Estes valores pertencem ao indivíduo que os comprou, assim com lhe pertencem os produtos que daí saírem.

Tais capitais²¹ consistem nas forças materiais e pessoais do processo de valorização do valor, ou seja, do processo de criar mais-valia do que o que entrou inicialmente no processo produtivo. Assim, de criar mais valor do que o da soma do valor do capital constante e o do capital variável.

O capitalista individual exercendo vigilância constante sobre o processo de valorização exige que os trabalhadores não desperdicem meios de produção, e que nunca trabalhem na intensidade inferior ao grau médio habitual de trabalho.

Contudo, não é com a normalidade do processo produtivo que se produz a mais-valia, mas mediante a inclusão de condições exteriores a esta normalidade. Por exemplos, a intensificação da jornada de trabalho²², ou a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de dada mercadoria em detrimento do aumento de mais-trabalho, são condições que possibilitam a mais-valia.

¹⁸ Como Luxemburgo (2009, p.137) relembra: “No primeiro volume d’ O capital passamos o tempo inteiro no local de trabalho: a fábrica, a mina ou a exploração agrícola moderna. Lidamos apenas com o capital individual como modelo de todo esse modelo de produção”.

¹⁹ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1996a, p.285).

²⁰ Marx trata sobre os salários nos capítulos XVII, XVIII, IX, e X. Expõe que salário é o valor da força de trabalho consistindo assim no seu preço. Explica ainda que há duas formas fundamentais de salário, por tempo e por peça. A primeira consiste do valor pago ao trabalhador pela utilização da força de trabalho, seja por dia, horas, mês etc.; a segundo pela quantidade de peças produzidas.

²¹ Ver capítulo VI onde Marx trata sobre as especificidades do capital constante e do capital variável.

²² Ver capítulo VIII no qual Marx tece sobre a jornada de trabalho e sob ela a luta histórica entre trabalhadores e capitalistas na Inglaterra por mais de meio século. Aqueles pela diminuição legal da jornada a condições humanamente suportável de trabalho, estes mediante artimanhas e de leis buscam expropriar (ainda mais) mais-trabalho pelo prolongamento do tempo de trabalho. Até que finalmente ocorre a promulgação da lei que limitou a jornada de trabalho em dez horas. Essa lei, nas palavras de Mehring (2003, p.23), “[...] foi arrancada pela classe trabalhadora como única forma de impedir que ela – a classe trabalhadora – ficasse entregue, de pés e de mãos atados, à escravidão e ao suplício do capital, mediante contratos livremente estabelecidos com esta potência”.

Neste processo cria-se valor excedente, tempo de trabalho a mais, que não é pago aos trabalhadores, mas sim, expropriado pelo capitalista. Eis aí a **mais-valia**, tempo de trabalho não pago aos trabalhadores que o criaram.

Marx apresenta-nos duas modalidades de criação de mais-valia, a absoluta e a relativa, que por sua vez podem muito bem conviverem uma com a outra no processo de exploração do trabalho na sociedade capitalista.

Na **mais-valia absoluta**²³ a jornada de trabalho é prolongada, porém o salário do trabalhador não é aumentado, podendo até diminuir. Suponhamos que para produzir uma mercadoria exige-se uma hora de trabalho, no decorrer de 5 horas de trabalho, sob as condições normais de trabalho, teríamos cinco cadeiras produzidas. Contudo, se tal tempo é intensificado, aligeirado, apressado pelo chicote do capataz, por exemplo, cria-se mais de cinco cadeiras. Esse “mais” consiste em mais-produto, mais-valia na modalidade absoluta. Aqui, entende-se que o trabalhador não apenas produziu seu salário, pois trabalhou e produziu a quantidade de mercadorias de acordo com o tempo normal de trabalho, (cinco cadeiras), mas criou mais-valia.

Para que ocorra esta apropriação de mais-valia não importa para os capitalistas as fronteiras da natureza, dos costumes, do sexo, da idade das pessoas, do dia e a noite, aliás, se caso dependesse apenas deles a jornada de trabalho teria 24 horas diárias, pois quanto mais ela se prologa mais mais-valia se cria.

Apesar desse poder de arrancar mais-valia pelo prolongamento do tempo de trabalho, já presente em processos de produção subordinados ao capital²⁴, a modalidade absoluta da mais-valia não representa a complexidade mais desenvolvida da produção capitalista, visto que esta possui outras formas de produzir mais-valia.

A **mais valia na modalidade relativa**²⁵ consiste no prolongamento da parte correspondente ao mais-trabalho (mais-valia) em relação à diminuição da parte do trabalho necessário (salário) da jornada de trabalho, justamente pela inclusão no processo produtivo de um novo método, um novo instrumento, uma máquina, por exemplos, que encurte o tempo de

²³ “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta” (MARX, 1996a, p.431- 432).

²⁴ Marx denomina de subsunção formal do trabalho ao capital o fato de que o próprio processo de trabalho se converte em instrumento de valorização, ou seja, de fabricação de mais-valia. Essa forma já ocorria nos processos de trabalhos tradicionais, a exemplo do do camponês no qual há extração da mais-valia, estritamente a absoluta, através do prolongamento do tempo de trabalho.

²⁵ Ver capítulo X, “[...] a mais-valia que, ao contrário [da mais-valia absoluta], decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa” (MARX, 1996a, p. 432).

trabalho necessário à fabricação da mercadoria. Contudo, com a diminuição dos salários pagos aos trabalhadores.

Vê-se que a tendência é a diminuição do trabalho pago, os salários, em detrimento do trabalho não pago, a mais-valia, pois como Marx (1996a, p.437) explica:

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada de trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista.

Tal modalidade de expropriação tem no processo do desenvolvimento das forças produtivas, das técnicas, maquinarias etc., – da manufatura²⁶ para a maquinaria e grande indústria²⁷ –, o seu elemento diferenciador²⁸, visto que com o progresso de “como se produzir mais rápido para ganhar mais” proporcionado pela evolução da tecnologia, da ciência etc., o tempo de trabalho despendido para a realização produtiva de um dado produto diminui. Contudo, o emprego de trabalho vivo neste processo produtivo também decresce. Criando, assim, uma grande massa, um exército de desempregados.

Se antes era preciso 10 homens para moer; agora uma única máquina pode realizar esse trabalho e descartar trabalhadores. O trabalho morto sufoca o trabalho vivo, e o trabalhador ver a máquina como a sua inimiga mortal. Ou seja, parte do seu trabalho não pago converte-se no seu inimigo.

No processo de criação de mais-valia observa-se uma relação entre a mais-valia e o capital variável, tal relação consiste **na taxa de mais-valia** que é o real grau de exploração da força de trabalho. Onde: $m\dot{o} = m/v$, ou seja, a taxa de mais-valia corresponde à proporção da mais-valia sobre capital variável. Sendo a massa de mais-valia o produto da taxa de mais-valia pelo número de trabalhadores explorados.

²⁶ Ver capítulo XI e o capítulo XII onde Marx apresenta o modelo de produção em cooperação, a origem da manufatura e a divisão social de seu modo de trabalho, pontos históricos essenciais de partida para a produção capitalista.

²⁷ Ver capítulo XIII, no qual o autor tece sobre o processo de desenvolvimento da maquinaria, as lutas entre trabalhadores e máquinas, pois estas dispensavam trabalhadores e assim criava uma massa de desempregados, e o processo revolucionário que estas permitiram ao desenvolverem as forças produtivas da humanidade. Se por um lado as máquinas possibilitaram um salto para a humanidade no sentido de desenvolvimento, por outro tornou os trabalhadores apêndices delas.

²⁸ Como Marx escreve (1996b, p.138-139), a mais-valia relativa supõe “[...] um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre as base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar do formal surge a subordinação real do trabalho ao capital”. Enquanto “A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais”. (Ibid p.138).

Se o produto, a mercadoria com mais-valia em sua composição orgânica, que saí do processo de valorização pertence ao capitalista, e ao vendê-la no mercado ele retira e embolsa mais do que adiantou, ou seja, mais que capital constante (c) e capital variável (v), diz-se que se criou mais-valia (m) no processo de produção, e que esta mais-valia, mediante a venda, foi realizada.

Contudo, não basta apenas produzir e realizar a mais-valia para que se tenha o modo de produção capitalista como o modelo dominante, é necessário que este se reproduza²⁹ periodicamente. E neste sentido, que o dinheiro renda mais-valia e que está torne-se capital para tolher mais-valia.

1.3 A Lei Geral da acumulação do capital: a transformação da mais-valia em capital

Como vimos anteriormente, uma dada quantia de dinheiro foi despendida para a compra de mercadorias para produzir novas mercadorias. Neste processo de produção tanto os meios de produção quanto a força de trabalho consomem-se mutualmente em uma relação produtiva para criar um novo produto. Seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela diminuição do tempo de trabalho, ou pelos dois, cria-se um **quantum** a mais de valor, esse é a mais-valia. E assim, se antes era (c + v) agora é (c + v + m).

Suponhamos que estas mercadorias sejam vendidas pelos seus valores no mercado. Então o capitalista individual embolsa mais do que adiantou. Mas, é justamente o destino que este expropriador dá a este **plus** que possibilita a reprodução do sistema capitalista.

De início, é preciso compreender que para que o processo de expropriação da mais-valia ocorra é necessário que haja no mercado de trabalho homens desprovidos de seus meios de trabalho, de sobrevivência, que possuam apenas sua força de trabalho como única mercadoria e que a venda como qualquer outra em troca de uma quantia de dinheiro, o seu salário.

Dessa forma, compreende-se que é **conditio sine qua non** para a produção capitalista que existam homens e em condição de mercadoria assalariada, e que os meios de produção encontrem-se centralizados nas mãos de poucos.

²⁹ “Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (MARX, 1996b, p.199).

Tais processos: o de assalariamento do trabalhador, o de proletarização do trabalho e o de desapropriação da propriedade particular são descritos no famoso capítulo XXIV **dô O Capital**. Neste, Marx expõe que o processo histórico, violento e sangrento que deu base a esse modo de produção.

Partindo de como isso ocorreu na Inglaterra, berço do desenvolvimento do capitalismo. Marx nega, por sua vez, as ideias tolas e ingênuas de alguns pensadores de que o modo de produção capitalista surge como uma dádiva³⁰. Mas, justamente expõe que como tudo o que é parido, o capital também trouxe ao nascer dor e sangue.

A expulsão do povo do campo; a expropriação do produtor rural de sua base fundiária; a transformação das terras de lavoura em pastagens de ovelhas; as leis para os cercamentos das terras comunais – as **Bill for Inclosures of Commons** –; as leis sanguinárias que obrigavam os homens ao trabalho assalariado³¹, o imposto aos pobres etc., põem a mostra historicamente a violência cometida para que o modo de produção capitalista fosse parido. Representam o processo de **acumulação primitiva do capital**. Corresponde ao processo histórico e violento de separação entre produtor e meios de produção³². O “pecado original da Economia Política”.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tao logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1996b, p.340).

³⁰ Como Mehring (2003, p. 20) relata: “Só os economistas vulgares creem na idiotice de que o capital começou com um punhado de homens laboriosos que se dedicaram a acumular riquezas, enquanto a grande massa se dedicava a ociosidade. Outra idiotice é a crença dos historiadores burgueses, de que a queda do regime feudal de produção representou a emancipação do trabalhador”. O capítulo XXXIV do terceiro volume d’ O capital, como se verá, apresenta também como a usura teve um papel fundamental para a expropriação dos meios de trabalho dos pequenos produtores e camponeses.

³¹ As leis sanguinárias que foram promulgadas do final do século XV e durante todo o século XVI buscavam punir com açoites até sangrar, esquarteramento de parte da orelha, escravidão, a marcação por ferro quente e até mesmo a condenação à morte todos os vagabundos válidos. Tal legislação pregava que a vagabundagem era uma escolha dos homens e desconsiderava que antes estes foram violentamente expropriados de seus meios de trabalho. “Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” (MARX, 1996b, p. 358).

³² “A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela” (MARX, 1996b, p. 340).

Compreendendo essas bases inelimináveis da gênese do capitalismo e que se estendem no processo de sua reprodução, voltemos à explanação da reprodução do capital.

Se o capitalista individual³³ destina sua mais-valia ao seu fundo de consumo temos uma **reprodução simples**³⁴ do capital, pois o **plus** não retorna como mais capital a sua produção, mas é gasta em mercadorias e serviços como tais. Neste sentido, a mais-valia produzida, expropriada e realizada é gasta como rendimento. De fato, aí ocorre à mera continuidade do processo de produção capitalista na mesma escala.

Por outro lado, se o capitalista individual entesoura, acumula este **plus** por um tempo e o soma aos demais **plus** oriundos de seus novos processos produtivos, e quando atingirem um volume suficiente compra-se mais capital e o incrementa em sua nova produção, temos que se realizou uma **reprodução em escala ampliada do capital**³⁵.

Utilizou-se capital para produzir mais-valia, e esta mais-valia entesourada por um tempo volta ao processo de produção como capital adicional. Ou seja, a mais-valia tornou-se capital.

Dessa forma, a acumulação de mais-valia para retorná-la como capital adicional ao processo produtivo consiste na **lei geral da acumulação capitalista**³⁶. E isso por que: a “Aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital” (MARX, 1996b, p.213). É inerente à reprodução do capital que a mais-valia, além de ser criada e valorizada, seja acumulada para depois ser consumida como capital adicional.

Todavia, na realidade do processo de reprodução do capital, esse **plus** se divide em capital e renda, ou seja, em consumo produtivo e consumo individual. Assim, uma parte é entesourada, é acumulada, é capitalizada e a outra é gasta como rendimento. Tal proporção entre renda e capitalização da mais-valia dependerá do capitalista individual, de como ele emprega a mais-valia.

Como efeitos da lei geral da acumulação capitalista têm-se: de um lado a reprodução do capital em escalas mais incrementadas; porém de outro produz um exército industrial de reserva, de desempregados, e a diminuição do valor nas mercadorias produzidas. E isso porque, partindo da **composição orgânica do capital i** a relação entre capital constante e

³³ Marx trata aqui do capital individual do capitalista individual, mas tomando as classes sociais, capitalistas e proletariado, a relação se complexifica. Tal processo será observado no capítulo II desta dissertação, que corresponde a nossa análise do volume segundo da obra marxiana.

³⁴ Ver capítulo XXI.

³⁵ Ver capítulo XXII.

³⁶ Ver capítulo XXIII.

capital variável (c/v) – e a **composição técnica do capital** – a relação entre meios de produção utilizados no processo de produção e força de trabalho necessária –, Marx expõe que com a ascensão da produtividade do trabalho social³⁷ há um acréscimo maior de capital constante que o de variável no processo produtivo.

A acumulação do capital, como vimos, exige com que uma parte da mais-valia torne-se capital para a produção, isso implica que uma demanda crescente de força de trabalho seja requisitada, assim, levando em consideração que a composição técnica do capital seja constante, o capital variável cresce ao longo do processo de acumulação do capital. E isso por que: “Crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho” (MARX, 1996b, p. 246).

Contudo, o processo de acumulação ultrapassa esta fase acima, pois com a variação na composição técnica do capital decorrente da ascensão da produtividade do trabalho social proporcionado pela inclusão da ciência, tecnologia etc., no processo produtivo, verifica-se que há um crescimento da massa dos meios de produção comparada a massa da força de trabalho neles incorporada.

Se, por exemplo, hoje, o valor do capital investido na fiação é 7/8 constante e 1/8 variável, enquanto no começo do século XVIII era 1/2 constante e 1/2 variável, a massa de matéria-prima, meios de trabalho etc. que determinado quantum de trabalho de fiação consome hoje produtivamente é quatrocentas vezes maior do que no começo do século XVIII (MARX, 1996b, p. 255).

Essa mudança na composição técnica do capital reflete na composição orgânica do capital, no seu valor, pois a parte componente do capital constante cresce à custa da parte variável. E se estende ao longo em que os meios de produção e o comando sobre o trabalho se concentram nas mãos dos capitalistas individuais.

Sendo a **concentração** outra expressão para a reprodução em escala ampliada, a **centralização**, diferente da acumulação e da concentração, é decorrente da concorrência feroz entre os capitalistas individuais já constituídos, que para sobreviverem podem soldar-se em grandes blocos e exterminar os pequenos capitalistas.

A luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias. A barateza das mercadorias depende, **coeteris paribus**,

³⁷ Segundo Marx: “[...] o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto”. (MARX, 1996b, p. 254).

da produtividade do trabalho, esta, porém da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto os menores. Recorde-se ainda que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para produzir um negócio sob suas condições normais. Os capitais menores disputam, por isso, esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas de modo esporádico ou incompleto. A concorrência se desencadeia aí com fúria diretamente proporcional ao número e em proporção inversa a grandeza dos capitais rivais (MARX, 1996b, p. 257-258, grifos do autor).

Posto isso, é do movimento de expropriação de capitalista por capitalista que se tem a atração de capital por capital.

Todavia, para que haja todo esse processo de acumulação/concentração, concorrência e centralização do capital é necessário que além da existência suficiente de meios de produção, que haja um exército disponível e suficiente de força de trabalho. Ou seja, que as mercadorias produtivas estejam à venda no mercado.

Marx explica que a produção progressiva de uma superpopulação relativa³⁸ – relativa à necessidade média da valorização do capital – além de ser produto da acumulação do capital é exigência desta. Evidenciando, outra vez, que para a produção capitalista o que interessa é a valorização do valor adiantado mediante o uso do capital variável, e não o número de trabalhadores empregados³⁹. Aliás, “Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado quantum de trabalho de um número menor de trabalhadores, ao invés de extraí-lo de modo tão barato ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores” (MARX, 1996b, p. 266).

Essa liberação de parte dos trabalhadores diminui o número de trabalhadores ocupados, a maquinaria, por exemplo, transforma parte da população operária em braços desempregados ou semiempregados. “Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela

³⁸ Ela, segundo Marx (1996, p.270-277) possui três formas: a líquida, ou fluente é aquela parte da população trabalhadora que ora é incorporada ora dispensada da produção, consiste de trabalhadores masculinos até ultrapassarem sua juventude, depois de ter atingido este termo – a idade jovem – são regulamente demitidos; a latente é decorrente da acumulação do capital no campo, que expulsa trabalhadores rurais para a cidade e a estagnada corresponde à parte do exército ativo de trabalhadores, contudo, com ocupação irregular, é o trabalho domiciliar que proporciona uma fonte inesgotável de força de trabalho para o capital. Encontra-se abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e é caracterizada pelo máximo tempo de serviço e mínimo de salário. Marx ainda tece sobre o lumpemproletariado (vagabundos, prostitutas, delinquentes) e o pauperismo, o produto mais sedimentado da superpopulação relativa. Neste estão os aptos para o trabalho; os órfãos e crianças indigentes; e os degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho. “O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1996b, p. 273).

³⁹ “O acréscimo do capital variável torna-se então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores” (MARX, 1996b, p. 266).

precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural” (MARX, 1996b, p. 265).

Tal excedente serve para rebaixar os salários, pois quanto mais trabalhadores aptos a venderem sua mercadoria, força de trabalho, mas barato o capitalista pagará por ela. Posto isso, a superpopulação relativa torna-se uma exigência crônica ao modo de produção capitalista.

Eis aí o processo de criação e reprodução das condições para a produção do valor. Estão dadas, por sua vez, as bases ontológicas e materiais para compreender a exploração do trabalho pelo capital, e a subordinação da classe trabalhadora aos desejos do lucro do capitalista.

Enfim, todos estes elementos que tratamos até aqui, é certo que muito resumidos, constituem as bases histórico-ontológicas da produção capitalista. Apresentam, por sua vez, a lógica imanente da criação, expropriação e realização da mais-valia e o seu consumo seja produtivo ou individual. Contudo, é no volume segundo **dô O Capital** que o movimento imanente, cíclico e metamórfico do valor-capital é analisado com maiores detalhes; é lá que o capital social total, o conjunto dos capitais individuais, é compreendido, tomando como pressuposto as classes sociais.

Posto isso, passemos ao capítulo II de nossa dissertação.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE REPRODUÇÃO/CIRCULAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL TOTAL NO SEGUNDO VOLUME D'O CAPITAL

O fruto da exploração está ali, mas ainda sob uma forma de que o empresário não pode desfrutar. [...] Para isso precisa vender as mercadorias produzidas pelo trabalhador assalariado, com a mais-valia que nelas se encerra. A mercadoria precisa sair do depósito da fábrica e do celeiro do agricultor para o mercado; o capitalista vai seguindo a mercadoria desde seu escritório até a Bolsa, até a loja, e nós vamos com ele no segundo volume d' O Capital.

(LUXEMBURGO, 2009, p.138).

No segundo volume d' **O Capital**⁴⁰ Marx continua a descortinar a lógica imanente do modo de produção capitalista, agora tratando do seu processo global de circulação. Aqui, o valor-capital adiantado realiza um movimento metamórfico e cíclico no qual a forma-capital se modifica para dá prosseguimento ao processo de reprodução/circulação do capital social total.

Se no capítulo anterior Marx apresenta a crônica relação entre capital e a exploração constante da força de trabalho, aqui o autor defende que o processo produtivo exposto lá precisa se reproduzir constantemente. E assim ele não só relaciona os dois volumes de sua obra, mas também advoga a relação produção-circulação do capital, em outros termos a circulação global do capital, para a compreensão do metabolismo do capitalismo.

⁴⁰ Segundo Luxemburgo (2009), Marx esperava poder publicar o volume segundo e o terceiro d' O Capital, contudo, “[...] muitos anos se passaram e só ele não conseguiu concluí-los para serem impressos” (2009, p.135). E isso por que “Novos estudos, cada vez mais profundos e urgentes, longas enfermidades e por fim a morte impenderam-no de terminar a obra, tendo sido Engels quem editou esses dois volumes com base nos manuscritos inéditos deixados pelo amigo” (2009, p. 136). Nesta empreitada, Gorender (1996) expõe que apesar das longas exposições, das lacunas, das notas soltas, da péssima caligrafia de Marx, Engels utilizou-se de máximo escrúpulo na redação dos livros, isso para que não suscitasse discursões acerca da autenticidade do pensamento marxiano. Preencheu óbvias lacunas, ordenou os manuscritos de acordo com as indicações de Marx, introduziu trechos de ligações e atualizações, sempre sinalizando – entre colchetes e identificando com as iniciais F.E – de que essas modificações, acréscimos foram realizados pelo próprio Engels. Além disso, ele redigiu todo o capítulo IV do volume terceiro, que tece sobre a rotação do capital e a sua respectiva influência na taxa de lucro; escreveu ainda dois suplementos do Livro Terceiro sobre a lei do valor e a formação da taxa média de lucro e sobre a Bolsa, além de vários prefácios a obra marxiana, admiráveis pelo tratamento de problemas básicos e pela força polêmica. Foi dessa maneira que Engels nos forneceu o Livro Segundo em 1885 e o Livro Terceiro em 1894. Obviamente, deve-se salientar que “estes não poderiam apresentar a exposição acabada e brilhante do Livro Primeiro. Mas Engels, ao morrer pouco depois de publicado o último Livro, havia cumprido a tarefa” (1996, p.20).

Tal relação é fundamental para não restringirmos a análise do capital fictício apenas à esfera da circulação, mas compreender tal forma capital como produto do processo de circulação global do capital. Observemos então como Marx descreve o processo de circulação global do capital.

2.1 O Movimento metamórfico e cíclico do capital

Observamos no capítulo anterior *o processo de trabalho; o processo de produção capitalista da mercadoria e da mais-valia e as bases histórico-ontológicas* em que se assentam o modo de produção capitalista.

Contudo, o processo de produção capitalista não se encerra na produção e expropriação da mais-valia, mas o capitalista precisará vender as mercadorias preñes de mais-valia. Quer dizer, convertê-las em forma dinheiro para poder consumir esse valor a mais.

Diante disso, observam-se, de início, dois fatores: o primeiro é que o capitalista individual que antes apareceu no mercado como comprador de mercadorias (força de trabalho e meios de produção), agora volta ao mercado, mas como vendedor de mercadorias; e segundo, que o processo de produção capitalista apresenta um movimento. E é justamente esse movimento que Marx nos apresenta no segundo volume *dôO Capital: o processo de circulação do capital*.

Para apresentar como o capital realiza esse movimento de circulação o autor, no percurso da Seção I do II volume, tece sobre os ciclos e as metamorfoses realizadas pelo capital monetário, o capital produtivo e o capital-mercadoria. E na Seção II, escreve sobre o tempo, o período que este movimento imanente do capital gasta para realiza-se, ou seja, tece sobre as rotações periódicas do capital.

2.1.1 O movimento global do capital monetário

Marx explica que o processo de circulação global do capital ocorre em três estágios.

O primeiro é quando o capitalista vai ao mercado de mercadorias e de trabalho e converte seu dinheiro em mercadorias, ou seja, quando realiza o **ato de circulação D ï M**; após isso vem o segundo estágio, que é quando o capitalista põe em **movimento produtivo** tais mercadorias e produz uma nova mercadoria, contudo com valor maior do que o dos seus elementos de produção – este objeto foi investigado no Livro Primeiro –; e por fim, o terceiro

estágio, onde o capitalista retorna ao mercado, todavia na condição de vendedor de mercadorias com o intuito de realizar o **ato de circulação M ï D**, ou seja, de trocar sua mercadoria por dinheiro⁴¹.

Tal percurso, que tem o objetivo de transformar dinheiro (D) em mais dinheiro (D'), consiste no ciclo do capital monetário, que pode ser representado pela seguinte fórmula:

$$D \text{ ï } M \dots P \dots M' \text{ ï } D'$$

Onde: P corresponde ao estágio da produção, as reticências são interrupções da circulação, os traços significam ato de circulação, M' representa mais-valia acrescida à mercadoria M e D' mais dinheiro.

Marx, analisando o primeiro estágio da circulação (**D ï M**) do ciclo do capital monetário compreende que o capitalista ao despendar uma soma de dinheiro para comprar uma soma de mercadorias útil a seu processo produtivo transforma dinheiro em mercadorias.

Nesta relação temos que: $D - M_{MP}^{FT}$. Ou seja, o dinheiro metamorfoseou-se em força de trabalho (FT) e em meios de produção (MP); em forças materiais e pessoais que em quantidade suficientes são componentes estruturais para a produção de uma nova mercadoria. Assim, se no primeiro caso temos o dinheiro como capital monetário – dinheiro utilizado para ganhar mais dinheiro – no segundo temos capital produtivo – mercadorias que podem gerar mais valor.

Em suma temos que no primeiro estágio de circulação do ciclo do capital monetário: o valor-capital em forma-dinheiro transformou-se em forma produtiva. O capital monetário metamorfoseou-se em capital produtivo.

Com o produto do ato de circulação (**D – M**), ou seja, a transformação da mercadoria dinheiro em outras mercadorias; temos o segundo estágio, que é justamente a interrupção da circulação do capital para o seu ingresso no estágio produtivo.

O resultado do primeiro estágio é, portanto, o ingresso no segundo, no estágio produtivo do capital. [Assim] O primeiro estágio, a transformação de capital monetário em capital produtivo, aparece

⁴¹ Marx adverte que durante a análise acerca do processo de circulação do capital será necessário fazer algumas abstrações, como de que não há mudanças de valor no processo de circulação, e de que as mercadorias sejam vendidas por seus valores e em condições constantes.

apenas como antecessor e fase introdutória do segundo estágio da função do capital produtivo (MARX, 1988, p.29).

Então: $D - M_{MP}^{FT} \dots P$, onde P = produção é a interrupção da circulação do valor-capital adiantado sob a forma dinheiro, e é em P onde ocorre o consumo produtivo de $D - M_{MP}^{FT}$, visto que, é no estágio da produção onde o capital produtivo consome seus componentes para convertê-los em massa de produto de valor maior. ***Em outras palavras é aqui onde o mais valor é produzido, no estágio produtivo.*** (Todo esse processo já foi observado no capítulo anterior. Passemos então ao estágio seguinte).

Com a nova mercadoria produzida, prenhe de mais-valia, é necessário que ela seja vendida, quer dizer: que ela se transforme em mais dinheiro, que percorra o terceiro estágio do ciclo do capital monetário, o (**$M' \ddot{I} D\hat{o}$**).

O ato de circulação $M - D$ corresponde à venda da mercadoria com mais valor em sua composição; representa a metamorfose do valor-capital contido nessa mercadoria (M') em forma de mais dinheiro (D').

Contudo, mesmo compreendendo que $M' = (M + m)$ represente a mercadoria (M) prenhe de mais-valia (m) é necessário que o capitalista venda todo o volume de mercadoria produzido para que ele possa usufruir de toda a mais-valia produzida. Ou seja, ele precisará realizar (vender) toda a mais-valia para converter D em todo o volume de $D' = (D + d)$.

Diante dos três estágios realizados acima se compreende que: a forma do capital monetário, ao longo de seu ciclo, se metamorfoseia para obter mais dinheiro. Realiza assim as conversões de sua forma-capital: de capital monetário para capital-mercadoria, para capital produtivo, para capital-mercadoria e esta para mais dinheiro.

Posto todo este percurso metamórfico pode-se apresentar a fórmula específica do ciclo global do capital monetário:

$$D \ddot{I} M_{MP}^{FT} \dots P \dots M\hat{o}(M + m) \ddot{I} D\hat{o}(D + d)$$

Observa-se aí que findo o ciclo global do capital monetário, o (D) retorna a sua forma inicial, ou seja, dinheiro, contudo quantitativamente diferente, pois $D' = (D + d)$ é valor capital adiantado mais a mais-valia produzida e vendida. Nas palavras de Marx (1988, p.35): “Em

D', o capital voltou à sua forma original D, à sua forma-dinheiro; mas numa forma em que ele está realizado como capital".

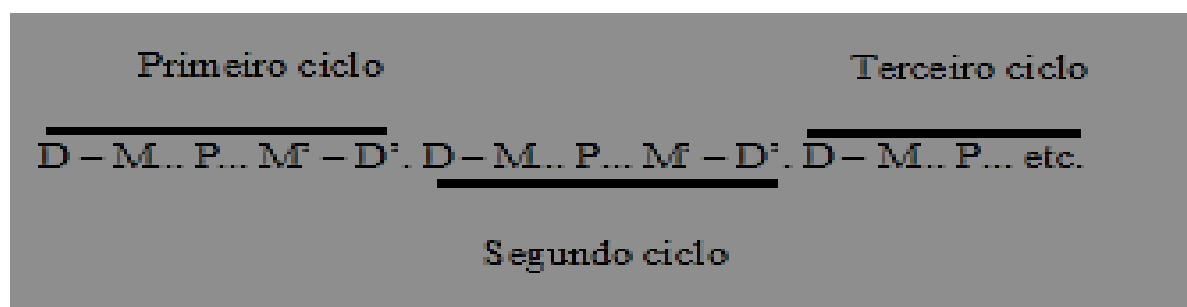
Todavia o autor adverte que essa (re) transformação a forma-dinheiro, ou seja, de D...D', não é uma função do capital em forma monetária, a qual no primeiro estágio foi necessária para a compra de M_{MP}^{FT} , mas é resultado do capital-mercadoria M' que possibilitou D', pois $D' = (D + d)$; onde "d" é forma de dinheiro de "m" em $M' = (M + m)$.

Observando o movimento global do ciclo do capital monetário, considerado no todo, Marx (1988, p.39, grifo do autor) analisa que:

As duas formas que o valor-capital adota dentro de suas fases de circulação são as de capital monetário e capital-mercadoria; sua forma correspondente à fase de produção é a de capital produtivo. O capital que no transcurso de seu ciclo global adota e volta a abandonar essas formas, e em cada uma cumpre a função que lhe corresponde, é o **capital industrial** – industrial, aqui, no sentido de que abarca todo ramo da produção conduzido de modo capitalista.

Eis aí o ciclo global do capital monetário, onde capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria representam a ação do capital industrial⁴².

Com os estágios realizados, o ciclo de D... D' ocorre e pode ser o passo inicial para um novo ciclo do capital, uma vez que D' é forma-dinheiro e que pode ser reinvestido como capital monetário. E dessa forma, o resultado do processo do ciclo global do capital monetário, ou seja, mais dinheiro, pode ser despendido num novo ciclo do capital.



Posto isso, o ciclo do capital monetário apresenta-se como a mais unilateral característica da manifestação do ciclo do capital industrial – valorização do valor, fazer dinheiro e acumulação.

⁴² Marx advoga que o capital industrial é o único modo de existência do capital que apropria e cria a mais-valia ao mesmo tempo, as demais espécies de capital que aparecem antes dele em sociedades pretéritas são subordinadas e/ou modificadas pelo capital industrial, e só se movimentam com base nele. (1988, p.41). Expõem também que no processo do capital industrial, dinheiro e mercadoria realizam, respectivamente, funções monetárias e mercantis, e nesta conexão são respectivamente: capital monetário e capital-mercadoria – formas, maneiras de existência específicas, que correspondem funções específicas do capital industrial (1988, p.57).

Neste processo é evidente que para que o ciclo global do capital monetário ocorra seja necessário que todos os estágios da circulação do capital monetário se realizem. Se, por exemplo, no primeiro ato de circulação o capital monetário é entesourado, não se passa ao segundo estágio; se caso não seja entesourado, mas no processo de produção os meios de produção jazem, não há produção, ou se a força de trabalho permanece desocupada, não passa ao terceiro estágio; se caso não haja esses empecilhos, contudo a mercadoria prenhe de mais-valia não é vendida, o ciclo global não ocorre, pois, a mais-valia não foi realizada. Posto isso, “O ciclo global só se efetua normalmente enquanto suas diferentes fases se desenvolvem sucessivamente sem paralizações.” (1988, p.39).

Além disso, pressupõe-se que existam: o trabalhador assalariado, os meios de produção e o processo de trabalho e de valorização como função do capital.

2.1.2 O movimento global do capital produtivo

A fórmula de tal ciclo é **P... Môĩ Dôĩ M... P**. Corresponde à função periodicamente renovada do capital produtivo, assim, a reprodução periódica da mais-valia. “O ciclo do capital produtivo [nas palavras de Marx] é a forma na qual a Economia clássica examina o processo industrial.” (1988, p.60).

Tendo como base essa fórmula o autor salienta dois aspectos importantes: o primeiro é que uma parte de M', ou seja, de mercadorias recém-produzidas em P inicial, pode ser reutilizada como mercadoria no processo produtivo do P final – basta que essa quantidade de mercadorias não seja vendida, mas sim, que seja reutilizada no processo produtivo de P final; o segundo aspecto é que a mais-valia gerada de M' e realizada em D' pode não retornar ao processo produtivo deste capitalista individual, mas, consumida, gasta como rendimento, pelo próprio capitalista em serviços, em meios de subsistências para si próprio.

Enquanto aquela parte de M' torna-se meio de produção do processo de trabalho; esta parte – que pode não ser a totalidade da mais-valia realizada em D', mas uma parte dela – é consumo individual do capitalista. Nenhuma delas entra na circulação, pois a primeira regressa à produção, e a segunda sai do processo e segue uma órbita própria, dentro da circulação geral de mercadorias.

Para explanar o segundo aspecto Marx lança mão dos conceitos de **reprodução simples** e **reprodução em escala ampliada**, que se referem justamente ao consumo pelo capitalista da mais-valia realizada. Vejamos.

Começemos a analisar a fórmula do ciclo do capital produtivo pela reprodução simples, onde a mais-valia em forma dinheiro, decorrente da venda de M' , não é adiantada, mas gasta, é, em outras palavras, consumida de forma individual pelo capitalista.

Supondo que (P) produziu mercadorias com mais-valia (M') que o capitalista as converteu em dinheiro (D'), e que ele gaste o valor da mais-valia realizada em serviços, em consumo pessoal, podemos dizer que houve neste caso uma reprodução simples. E isso por que, esse dinheiro a mais (mais-valia) é gasto em compras de mercadorias propriamente ditas, serviços para o capitalista e seus familiares. Ou seja, a mais-valia realizada não retorna à produção de seu capital individual. Desta forma, aquela soma de dinheiro a mais se torna meio de pagamento destinada ao consumo corrente, e pessoal do capitalista.

Neste caso, na reprodução simples, compreende-se que a mais-valia “m” em $M' = (M + m)$, realiza uma circulação que sai do processo produtivo do capitalista individual, contudo reingressa na circulação geral das mercadorias, pois $M' (M + m) - D' (D + d) - m$, que equivale à circulação da mais-valia, $m - d - m$. Em outras palavras: a mais-valia contida na mercadoria é realizada em dinheiro que é gasta pelo capitalista com mercadorias e serviços de fato.

Posto isso, podemos passar agora ao segundo ato de circulação do ciclo do capital produtivo, ou seja, $D' - M$, onde D' é D , pois não possui a mais-valia, visto que ela foi gasta pelo capitalista, e assim se equipara a função de capital monetário de $D - M$ da primeira fórmula ($D - M \dots P \dots M' - D'$). Com este D o capitalista busca comprar força de trabalho e meios de produção para produzir novamente mercadorias.

E em fim, temos a fórmula explícita do capital produtivo, levando em considerações a reprodução simples, e de que todas as etapas do ciclo global do capital produtivo realizaram-se⁴³ normalmente:

$$P \dots M \hat{=} (M + m) \ddot{-} D \hat{=} (D + d) \ddot{-} M_{MP}^{FT} \dots P$$

$$m \ddot{-} d \ddot{-} m$$



(circulação da mais-valia)

⁴³ Podem ocorrer obstáculos em alguns atos de circulação do capital produtivo; por exemplo, o fluxo do processo de reprodução pode ser interrompido e assim o capital ficar imobilizado. Também é óbvio que é mais danoso para o processo de produção do capital se ocorrem obstáculos no ato “ $M' - D'$ ”, pois se o capitalista não vende a mercadoria ela perece, estraga, satura etc. Já no ato “ $D - M$ ”, se caso não houver as mercadorias para “P”, ele, o capitalista em vez de produzir pode entesourar o dinheiro, por exemplo.

Analisando esta fórmula inteira compreende-se que o valor do salário pago ao trabalhador é parte do valor que eles próprios produziram no primeiro “P”, ou seja, M’ realizado em D que se torna M que é também, neste caso, FT. Nas palavras de Marx: “O dinheiro que aqui é adiantado ao trabalhador é apenas forma equivalente transmutada de parte do valor mercantil por ele mesmo produzido.” (1988, p.51). E isso justamente porque “D” é resultado de trabalho pretérito, já realizado no primeiro “P”.

Posto isso, podemos partir agora para a análise da reprodução em escala ampliada no ciclo do capital produtivo.

Supondo que (P) produziu mercadorias com mais-valia (M’) que o capitalista as converteu em dinheiro (D’), e que ele não destinou o valor da mais-valia realizada em serviços, em consumo pessoal, mas que o entesourou e quando atingiu um volume suficiente o repôs no seu processo produtivo individual, podemos dizer que aí houve uma reprodução em escala ampliada. E isso por que: se na reprodução simples a mais-valia é gasta como rendimento; na reprodução em escala ampliada ela é acumulada, é capitalizada e atua como capital suplementar ao ingressar a posteriori no processo produtivo⁴⁴.

Neste sentido, o mais-produto na forma-dinheiro toma forma de tesouro – capital monetário latente. “Latente porque, enquanto permanece na forma-dinheiro, não pode atuar como capital” (1988, p.55). Por isso, o **entesouramento** consiste num momento do processo de acumulação capitalista, e assim condição para a reprodução em escala ampliada.

Observa-se também que para que “d”, a mais-valia em forma dinheiro, entre no processo de produção é necessário que ele seja acumulado, e isso carece de vários ciclos produtivos para que alcance um volume mínimo e assim funcione como $D - M_{MP}^{FT}$. Neste sentido, tal **acumulação de dinheiro consiste no entesouramento de dinheiro**, e é capital monetário latente, pois é potencialmente capital monetário.

O entesouramento do valor excedente ocorre transitoriamente à acumulação do capital, visto que, como este valor a mais não entra no processo de produção de início, realiza função de entesouramento, e assim, fora do processo produtivo. Neste sentido, se compreendermos que “d” é resultado de “P... P”, mais “d” será resultado de vários ciclos produtivos, ou seja, de vários “P... P”. Dessa maneira, a função de “d” é justamente manter-se no estado de dinheiro

⁴⁴ Contudo, Marx faz um adendo importante: “Na realidade, em condições normais, parte da mais-valia sempre tem de ser gasta como rendimento e parte tem de ser capitalizada, sendo inteiramente indiferente se, dentro de determinados períodos, a mais-valia é totalmente consumida ou totalmente capitalizada” (1988, p.56). Posto isso, entendemos que aqui Marx realiza novamente uma abstração para poder apresentar as especificidades do processo de reprodução em escala ampliada no ciclo global do capital produtivo.

entesourado até o momento em que atinja um volume suficiente para entrar no processo produtivo como $M \xrightarrow{FT}_{MP}$.

Marx chama atenção ainda para a necessidade de um fundo de reserva, ou seja, de tesouro em dinheiro que possa ser utilizado para a prestação de serviços acessórios específicos em face de perturbações da normalidade do ciclo produtivo. Assim, enquanto **o fundo de meios de compra ou de pagamento** considerada no ciclo de “P... P” entra totalmente no ciclo, pois sem ele não há produção, o **fundo de reserva** é diferente, pois ele é parte da mais-valia realizada e entesourada, e não faz parte do processo produtivo, é parte do fundo de acumulação.

Na fórmula P... P, tendo como base a reprodução em escala ampliada, o último P não é igual ao primeiro. E isso porque apesar desse último P aparecer como o início de um novo ciclo produtivo, ele é P’ (valor-capital conservado mais a mais-valia gerada e valorizada).

Posto isso, podemos finalmente expor a fórmula explícita do ciclo global do capital produtivo em reprodução em escala ampliada, levando em consideração de que todas as etapas foram realizadas sem anormalidades:

$$P... M\hat{o}(M + m) \ddot{=} D\hat{o}(D + d) \ddot{=} M \xrightarrow{FT}_{MP} ... P\hat{o}$$

$$m \ddot{=} d \ddot{=} m$$



(circulação da mais-valia)

2.1.3 O movimento global do capital-mercadoria

Marx expõe que na base do modo de produção capitalista dominante toda mercadoria nas mãos do vendedor precisa ser capital-mercadoria. Dessa forma, apresenta a fórmula geral para o ciclo do capital-mercadoria:

$$M\hat{o} \ddot{=} D\hat{o} \ddot{=} M... P... M\hat{o}$$

Analisando tal fórmula observa-se que o produto-mercadoria (M’) inicia o ciclo já contendo em si valor-capital + mais-valia; e que o resultado final do ciclo também é um valor-

capital + mais-valia (M'). Isso pressupõe que M' inicial é resultado de um ciclo de capital pretérito. Contudo, aqui tal produto-capital valorizado é entendido como forma de um capital individual isolado.

Dessa maneira, e tendo como base a análise da lógica metamórfica do valor-capital observada nas outras formas do capital acima, podemos expor a fórmula explícita e global do capital-mercadoria.

$$\mathbf{M\hat{o}(M + m) \ddot{I} D\hat{o}(D + d) \ddot{I} \mathcal{M}_{MF}^{FT} \dots P \dots M\hat{o}(M + m)}$$

Posta toda essa lógica metamórfica dos três ciclos, entende-se que: o valor-capital adiantado abandona sua forma inicial, adota outra forma-capital para no final do ciclo retornar a sua forma inicial, contudo acrescida de mais-valia, enquanto entra e sai das esferas da produção (P) e da circulação (D – M; M – D), que compõem o processo global de circulação do capital. Posto isso, compreende-se que: ***o processo global de circulação do capital é unidade de processo de produção e processo de circulação, tendo como objetivo determinante a valorização do valor-capital inicial.***

2.1.4. O tempo global do movimento cíclico e metamórfico do capital: alguns aspectos acerca da questão da rotação do capital

Entendendo que o processo global de circulação do capital envolve os estágios de produção (P) e os de circulação (D – M; M – D), compreende-se que o tempo global do movimento de circulação do capital, ou seja, o seu tempo de rotação, é a soma do: ***tempo de produção*** – duração em que o valor-capital permanece na esfera da produção – e ***tempo de circulação***, ou de giro, duração em que o valor-capital permanece na esfera da circulação. “É [como expõe Marx] o período de tempo que se inicia no momento em que o valor-capital é adiantado sob determinada forma, e termina com o retorno do valor-capital em processo, sob a mesma forma” (1988, p.105).

Assim, a rotação do capital, objeto da seção II do segundo volume ***dô O Capital***, é o tempo total que o capital utiliza para realiza seu ciclo.

No tempo de produção está incluído o ***tempo de trabalho***. Aquele é maior que este, já que este é literalmente a transformação direta da valorização, a criação da mais-valia; enquanto aquele é o tempo total para produzir a mercadoria com o mais valor. Neste sentido,

tanto o tempo real da manipulação valorativa, quanto o tempo de maturação, de interrupções da jornada de trabalho etc. consistem no tempo de produção. Na produção da cadeira, por exemplo, o operário a produz; contudo é preciso pintá-la e depois deixá-la secar ao sol – tais atos são partes do tempo de produção da mercadoria/cadeira.

Esses atos são interrupções do processo direto e real de valorização do capital, os quais os capitalistas tentam sanar, ou minimizar. E isso por que: “[...] quanto mais o tempo de produção e o tempo de trabalho coincidirem (sic), tanto maior a produtividade e a valorização de dado capital produtivo em dado espaço de tempo” (1988, p.86). Dessa forma, a tendência é encurtar esse excedente de tempo em prol da maior expropriação de mais valor.

Já em relação ao tempo de circulação, das fases da circulação, ele se divide em duas partes – o tempo em que a mercadoria passa para ser vendida, $M - D$, e o tempo em que ela passa para ser comprada, $D - M$, ou seja, o tempo de compra e venda das mercadorias. Posto isso, as metamorfoses de capital-mercadoria para capital monetário $M - D$, ou de capital-monetário para capital-mercadoria $D - M$ exige tempo, e este tempo, sobretudo no caso da venda da mercadoria, está limitado também à qualidade do corpo físico da mercadoria, visto que a deterioração da mercadoria implica um limite na conversão de $M - D$. Seja nosso exemplo o cultivo de tomates. Quanto mais tempo esta mercadoria permanece nos estoques do capitalista, mais possibilidade dela não ser convertida em dinheiro, pois o tomate perece rapidamente.

2.2 A teoria marxiana da reprodução/circulação do capital social total

Observamos na seção anterior que o processo de produção do capital realiza-se em movimento cíclico e que o valor-capital adiantado metamorfoseia-se, abandona e no fim recupera sua forma inicial, todavia, agora acrescida de mais-valia. Expomos também que o tempo global, unidade de tempo de produção e de tempo de circulação do capital, utilizado para a realização desse ciclo representa a rotação periódica do capital.

Todavia, tanto na seção I como na seção II Marx teve como base de análise o movimento do capital individual [assim como no primeiro volume **dô O Capital**]; agora, na seção III o processo fica mais complexo, pois se analisa aqui o processo de reprodução/circulação do **capital social total**, que é justamente o processo de circulação da totalidade dos movimentos dos capitais individuais.

Neste sentido, os capitais individuais são os componentes que formam o capital social total. Portanto, “[...] examinar [...] o processo de circulação (que em sua totalidade é forma do processo de reprodução) dos capitais individuais como componentes do capital social total, [é], portanto [examinar o processo] de circulação desse capital social total” (MARX, 1988, p.247). Dessa forma, o processo de reprodução do capital abrange tanto o processo direto de produção do capital (processo de trabalho e de valorização) quanto às fases do processo de circulação que juntos constituem o ciclo global do capital, que como processo periódico representa a rotação do capital.

Posto isso, Marx na seção III do segundo volume **dô O capital** tem como objeto a sua teoria sobre a reprodução do capital social total. Ao mesmo tempo em que socializa sua tese, analisa as de outros pensadores como Quesnay, Smith e de Destutt de Tracy, e apresenta suas insuficiências e equívocos.

Sua teoria advoga que o produto social total anual se dissolve em capital constante, capital variável e mais-valia, assim como ocorre na reprodução do capital individual. Compreende também que as transações recíprocas entre os dois Departamentos da produção social são fundamentais para que o processo de reprodução do capital social total, em escala simples, ou em escala ampliada, ocorra.

2.2.1 Os dois departamentos da produção social e o consumo da mais-valia: a reprodução simples e a reprodução ampliada do capital social total

Superando o sistema fisiocrático de Quesnay⁴⁵, refutando a teoria tola de Destutt de Tracy⁴⁶ acerca da reprodução social e criticando os equívocos presentes na teoria da reprodução de Smith⁴⁷, seguida no essencial por Ricardo, John Stuart Mill e outros; Marx

⁴⁵ Como Gorender (1996) relembra, Marx se inspirou no Tableau Économique de Quesnay para elaborar no segundo volume de sua obra magna dois esquemas de reprodução do capital social total (reprodução simples e reprodução ampliada), e que reconheceu que este pensador francês seguiu uma trajetória correta sobre a análise do processo de reprodução, por exemplo, ter o ano anterior como o ponto de partida do período de produção, e de como o resultado dessa produção se distribuía por meios da circulação, são elementos que Marx considerou fundamentais para compreender o processo de reprodução do capital social total. Contudo, não é preciso mencionar que os esquemas da reprodução realizados por Marx são superiores ao do fisiocrata francês. A utilização da teoria do valor-trabalho nos esquemas de Marx, por exemplo, é um dos elementos que apresenta esta distância entre os dois esquemas.

⁴⁶ Para Destutt os capitalistas enriquecem produzindo mercadorias e vendendo-as mais caro do que lhes custaram para produzi-las. E dessa forma os capitalistas vendem: uns aos outros, aos trabalhadores assalariados e vendem tanto aos trabalhadores dos capitalistas ociosos quanto para os próprios capitalistas ociosos. Marx, contudo, na subseção XI do capítulo XX deste volume apresenta e refuta tal teoria valendo-se de alguns casos da lógica da produção capitalista.

⁴⁷ Adam Smith compreendia que o valor-produto anual de cada mercadoria dissolve-se em salário, lucro e renda do solo, e defendia que assim como acontece com toda a mercadoria particular, tomada isoladamente, isso

expõe sua teoria da reprodução do capital social total explicando que o valor do produto anual global se decompõe em capital constante – consumido e transferido seu valor integral ao produto –, capital variável e mais-valia realizada. Ou seja: $c + v + m$; assim como no capital individual.

Para demonstrar tal teoria Marx explica que o produto global anual, decorrente da produção anual global da sociedade, decompõe-se em dois grandes departamentos: I – Meios de produção, que consiste nas mercadorias que entram, ou podem entrar no consumo produtivo; e II – Meios de consumo, as mercadorias que entram no consumo individual das classes capitalista e trabalhadora.

Este departamento pode ser dividido em dois subdepartamentos, quais sejam: meios de subsistência e artigos de luxo. O primeiro consiste em **meios de consumo necessários à subsistência** da classe trabalhadora, e com maior qualidade e valor, em parte do consumo da subsistência da classe capitalista. O segundo, **artigos de luxo**, entra apenas no consumo da classe capitalista, e são comprados com o valor excedente produzido e realizado, ou seja, a com mais-valia.

Em ambos os departamentos o capital se decompõe em dois componentes: I – **capital variável** – o trabalho vivo necessário posto em movimento produtivo, a soma dos salários pagos e empregados na produção; e II – capital constante – o valor de todos os meios de produção empregados para a produção.

Os meios de produção se decompõem ainda em **capital fixo** (parte do capital constante que cede uma parte do seu valor de uso ao produto, tal valor transferido ao produto anualmente consiste na depreciação do capital fixo⁴⁸ durante o ano. Por exemplos são capitais

também valeria para todas as mercadorias em sua totalidade. Assim, para Smith, e também para Ricardo e John Stuart Mill, que seguiram o principal da teoria de Smith, salário, lucro e renda fundiária constituem as três partes componentes do valor-mercadoria. Observa-se aí que essas três partes são tidas como o valor-mercadoria = $v + m$, desaparecendo aí o capital constante (Ver o capítulo XIX). Contudo, Marx nega a teoria confusa de Smith, observando que o valor do produto global anual se decompõe em $c + v + m$. Ele vai apresentar ao longo da seção III do segundo volume de sua obra que o capital constante, no processo de reprodução do capital social total, “Existia antes em forma de meios de produção; [e] existe agora como parte componente do valor da nova mercadoria produzida” (1988, p.270). Por isso, o objetivo dessa seção é demonstrar “[...] em que medida precisamente a decomposição do valor de cada produto-mercadoria capitalista individual em $c + v + m$, ainda que medida por diversas formas de manifestação, vale igualmente para o valor do produto anual global” (1988, p.281).

⁴⁸ Marx relata que durante a análise da reprodução do capital social total foi necessário abstrair a parte do valor transferido ao produto do trabalho anualmente decorrente da depreciação anual do capital fixo, e de que tal objeto seria apreciado em separado noutro momento. É justamente na subseção XI do capítulo XX do segundo volume d’ O Capital que Marx tece sobre como este valor da depreciação é repostado anualmente, seja em forma de dinheiro – visto que quando se converte a mercadoria em dinheiro o valor do capital fixo também é convertido na forma dinheiro e assim tal soma pode ser acumulada, suspensa à espera da reposição do capital fixo quando ele não funcionar mais, e pode ainda ser repostado imediatamente, in natura, para que a normalidade do processo de reprodução do capital continue.

fixos máquinas, instrumentos de trabalho, prédios etc.); e em ***capital constante circulante*** (parte do capital constante que é consumido inteiramente na produção, sua forma e valor são transferidos integralmente ao produto, por exemplos, matéria-prima, produtos semimanufaturados, etc.).

Apresentada essa composição bisegmentada do produto global anual, Marx tece dois esquemas matemáticos para demonstrar sua teoria da reprodução do capital social total. O primeiro se refere à reprodução simples, onde se supõe que os capitalistas gastem a mais-valia no consumo pessoal, e neste sentido o produto social global se repete em dimensões iguais aos anteriores, e o segundo diz respeito à reprodução em escala ampliada, onde os capitalistas utilizam uma parte da mais-valia gerada na produção, dando assim a reprodução do produto social global dimensões incrementadas.

Nestes esquemas, Marx vai apresentar como o capital consumido na produção é repostado, e como esse movimento de reposição e o do consumo da mais-valia pelos capitalistas e do consumo dos salários pelos trabalhadores se entrelaçam perante as transações entre os dois Departamentos da produção social anual. Entendendo-se com isso que o produto global anual abrange: o consumo produtivo e o consumo individual, a reprodução social, e a reprodução das classes sociais como reprodução do modo de produção capitalista.

Posto o processo de produção do capital no capítulo I, e o processo de reprodução/circulação do capital social total neste capítulo que se encerra, podemos agora passar ao último capítulo de nossa dissertação.

CAPÍTULO III

AS BASES HISTÓRICO-ECONÔMICAS DO CAPITAL FICTÍCIO NO TERCEIRO VOLUME DÔ O CAPITAL

Mesmo se Marx não pôde completar todas as ideias sobre o capital fictício em suas obras, mesmo porque o período histórico vivido pelo autor ainda era de um capitalismo em desenvolvimento, ele nos deixou elementos fundamentais que permitem compreender os movimentos fictícios do capital e suas características no seio da acumulação capitalista mundial.

(SABADINI, 2013, p.600).

A mais-valia foi produzida e realizada, agora ela precisa ser repartida entre os capitalistas. “Todos contribuíram, cada um com sua parte, para a exploração do trabalhador assalariado e para a venda das mercadorias produzidas por ele e todos exigem sua parte no lucro” (LUXEMBURGO, 2009, p. 140). Eis aí o que orienta o terceiro volume **dô O Capital**, a repartição do butim entre os diversos capitalistas⁴⁹.

É na apresentação da concorrência entre os capitalistas concretos pela apreensão de parte da mais-valia que destacamos um tipo de capital em especial, o capital portador de juros. E sob a dinâmica deste o surgimento de uma forma-capital que apesar de não participar diretamente do processo real de produção do capital possibilita juros, dividendos etc. Estamos nos referindo finalmente ao capital fictício. Vamos a ele!

3.1 A Lei tendencial da Queda da taxa de lucro: a lei imanente do modo de produção capitalista

Sabadini sinaliza, corretamente, quando expõe que: “A categoria do capital fictício se desenvolve de maneira paralela e em interconexão com o capital portador de juros, da mesma forma que acompanha a extensão do crédito na economia capitalista” (2013, p. 597). Justamente, é na seção V do terceiro volume **dô O Capital** que Marx, de forma dispersa, tece sobre o capital fictício em consonância com o desenvolvimento do capital portador de juros e

⁴⁹ Ao longo do terceiro volume d’ o Capital, Marx vai tecer de que forma a mais-valia é distribuída entre os diversos capitalistas, por exemplo, em lucro comercial, lucro industrial, juros e renda fundiária.

a ascensão do sistema de crédito no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Por isso, tal assertiva exige de nós um foco na seção V – ***Divisão do Lucro em Juros e Lucro do Empresário O capital portador de juros*** para apreendermos as raízes histórico-econômicas do capital fictício.

Todavia, para compreendermos o desenvolvimento desta forma-capital torna-se necessário, a nosso ver, apreender inicialmente a Lei tendencial da queda da taxa de Lucro, lei imanente à produção capitalista, “a súmula conclusiva”, segundo Gorender (1996), ***dô O Capital***. E isso porque Marx faz várias referências a ela ao longo da exposição do desenvolvimento do capital portador de juros. E, aliás, tal lei é fundamental para compreender a lógica das crises econômicas do capital.

Sendo assim, comecemos com a exposição desta lei marxiana para depois adentrarmos no desenvolvimento do capital portador de juros e dele o capital fictício.

3.1.1 O desenvolvimento do modo de produção capitalista como o seu próprio empecilho: a lei marxiana da queda tendencial da taxa de lucro

Observamos no capítulo I e reafirmando no capítulo II dessa dissertação que o objetivo-mor do modo de produção capitalista é justamente a valorização do valor inicialmente despendido na produção pelo capitalista⁵⁰.

Para isso o capitalista despendeu uma dada quantia de dinheiro – ***capital monetário*** – para comprar, no mercado de mercadorias e de trabalho, mercadorias produtivas – capital-mercadoria – e as pôs em movimento produtivo – ***capital produtivo*** –; e no fim do processo obteve um produto/mercadoria composto de um valor a mais em sua estrutura orgânica, ou seja, ***a mais-valia***.

Com este produto preñhe de mais-valia – capital-mercadoria – o capitalista, ou um agente assalariado a seu serviço, se dirige ao mercado para converter esta mercadoria em dinheiro, contudo o valor que ele resgata após a venda de todo o seu produto é maior que o inicialmente desembolsado. Quer dizer: o preço de custo das mercadorias necessárias à produção ($c + v$) é menor que o valor das mercadorias produzidas e vendidas ($c + v + m$). Tal excedente (m) torna-se o lucro do capitalista (***I***).

⁵⁰ Para os capitalistas o que lhes interessam não é o valor de uso, nem o consumo pessoal das mercadorias que “produzem”, mas sim, a mais-valia. Assim, “[...] a relação determinada e a conexão intrínseca desse excedente com os componentes específicos do capital não só não lhe interessam, mas é de seu interesse tornar nebulosa essa relação determinada e essa conexão intrínseca” (MARX, 1986a, p. 32).

Neste processo, a forma-capital abandona sua forma inicial e assume outras para no fim do movimento retomar sua forma inicial, todavia acrescida de mais-valia. Tal movimento cíclico e metamórfico do capital consiste no ciclo imanente realizado pelo capital com a finalidade de valorizar o valor inicialmente despendido; por exemplo, $D - D'$.

Com este mais valor em mãos o capitalista pode consumi-lo de forma individual (reprodução simples), gasta com mercadorias e serviços como tais, ou o entesoura para quando alcançar um volume suficiente, ao longo de vários ciclos produtivos, adicionar na produção, como capital adicional (reprodução em escala ampliada). E tal como ocorre com o capital individual, isso ocorre com o capital social total, a soma dos capitais individuais.

Posto isso, o objetivo do capitalista é o lucro, parte da mais-valia, mas não apenas o lucro, mas justamente desenvolver, fazê-lo crescer. Por isso, a segunda forma de reprodução do capital acima é o foco da reprodução real capitalista. Ou seja, produzir, valorizar e consumir a mais-valia na produção como componente para o desenvolvimento da produção.

Chega então o momento do capitalista investir a sua mais-valia, outrora acumulada em componentes materiais e pessoais para a ampliação de sua produção. Ou seja, de comprar capital constante e capital variável para introduzi-los em sua produção de mercadorias.

Contudo, como o que interessa para os capitalistas, como já vimos, é a produção da mais-valia, melhor, de mercadorias com mais-valia, a inclusão de mais capital constante no processo produtivo é a forma capitalista de aumentar seu lucro, pois quanto mais capital constante – mais matéria-prima, por exemplo, – mais produção de mercadorias compostas de mais-valia, por isso, o capitalista investe sua mais-valia, antes acumulada, mais em capital constante que em capital variável.

É justamente nesta premissa imanente à lógica do desenvolvimento histórico-econômico do modo de produção capitalista que se assenta a Lei marxiana da queda tendencial da taxa de lucro – apresentada na seção III do terceiro volume ***dô O Capital***.

Tal lei advoga que o aumento progressivo de capital constante em relação ao capital variável no processo de reprodução do capital implica justamente na queda da taxa de lucro.

Sabendo que a taxa de mais-valia corresponde à proporção da mais-valia sobre capital variável ($m\hat{v} = m/v$); e a taxa de lucro, como Marx expõe, consiste na proporção da mais-valia sobre o capital global ($l\hat{o} = m/C$, sendo $C = c + v$) ⁵¹ vamos aos exemplos de como essa lei funciona.

⁵¹ Marx trata sobre a definição da taxa de mais-valia e da taxa de Lucro, suas particularidades, relações etc., nos capítulos II e III do terceiro volume d' O Capital. Para o autor: "A taxa de mais-valia medida segundo o capital

De 100 libras esterlinas, 80 destinaram-se a compra de capital constante [matéria-prima, auxiliares etc.] e as 20 restantes contratou operários. Sendo que a taxa de exploração de mais-valia (m/v) foi de 100% – quer dizer, os operários repuseram os seus salários, 20 libras esterlinas, e criaram mais-valia no montante de 100%, ou seja, 20 libras esterlinas. A mercadoria produzida foi vendida e com a mais-valia realizada o capitalista, com o intuito de obter mais lucro, compra mais capital constante para injetá-lo em seu processo produtivo – aumentando, por sua vez, o número de mercadorias a serem criadas. Contudo, mantém em 20 libras o capital variável e em 100% a taxa de exploração da mais-valia.

Neste caso, observamos que enquanto o capital variável é apenas repostado e a taxa de exploração do trabalho é mantida, o capital constante passa de 80 para 100 libras esterlinas.

Valendo-nos do exposto acima:

Se $80_c + 20_v + 20_m$ a taxa de lucro (m/C) será = **lô** = $20/80+20 = 20\%$

Se $100_c + 20_v + 20_m$ a taxa de lucro (m/C) será = **lô** = $20/100+20 = 16,7\%$

O capital variável e a taxa de exploração da mais-valia, neste caso, se mantiveram constantes, contudo, Marx defende que mesmo com o aumento do capital variável a taxa de lucro também pode cair. Vejamos:

Se no segundo momento do caso anterior – onde o capitalista utiliza de sua mais-valia, antes entesourada, para comprar mais capital produtivo – em vez de 20 libras esterlinas em força de trabalho, ele utilize 30, mantendo a taxa de mais-valia em 100%, porém desembolsa em vez de 20, 50 libras entrelinhas em capital constante a mais. No fim do processo observou que:

Se $80_c + 20_v + 20_m$ a taxa de lucro (m/C) será = **lô** = $20/80+20 = 20\%$

Se $130_c + 30_v + 30_m$ a taxa de lucro (m/C) será = **lô** = $30/130+30 = 18,75\%$

Observa-se nos casos acima que todos os componentes orgânicos do capital foram modificados [capital constante 80:130; capital variável 20:30; e taxa de exploração de 20:30], contudo, mesmo assim a taxa de lucro caiu de 20% para 18,75%, e isso porque: “ A relação se modifica não porque a massa de trabalho vivo cai, mas porque a massa de trabalho já

variável se denomina taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia medida segundo o capital global se denomina taxa de lucro.” (MARX, 1986a, p. 32).

objetivado que ela põe em movimento sobre” (ibid, p.167). Posto isso, a lei marxiana da queda da taxa de lucro tem sua relação direta na variação da composição orgânica do capital.

Quando essa lei atinge esferas decisivas de produção do capital, refletindo na composição orgânica do capital global, tem-se como provável resultado uma queda gradual na taxa de lucro geral, a qual impacta no capital global provocando crises⁵², especulações, capital supérfluo, desemprego etc. Esta é uma tendência real da produção capitalista; é própria da estrutura contraditória e destrutiva do capital. E isso implica em dizer que o próprio desenvolvimento da produção capitalista cria para si barreiras.

Posto isso, a diminuição da taxa de lucro é intrínseca a lógica do desenvolvimento da produção capitalista, pois se de um lado a produção e a acumulação de capital desenvolveram as forças produtivas, criando ao mesmo tempo uma grande quantidade de valores de uso destinados ao processo produtivo e uma massa de trabalhadores expropriados dos seus meios de trabalho, aptos a vender sua força de trabalho para sobreviver, do outro lado com o maior desenvolvimento e inclusão de capital constante no processo produtivo em relação ao capital variável, com o intuito de obter mais lucro, provoca o decréscimo da taxa de lucro.

Contudo, como Marx explica, essa lei tem duplo caráter, pois se de um lado a taxa de lucro cai devido à inclusão de mais capital constante em relação ao capital variável na produção, os capitalistas para manter ou obter mais lucro, aumentam a exploração do trabalhador assalariado em prol de mais-valia, provocando assim um aumento da taxa de lucro. Em outras palavras: para conseguir uma taxa de lucro igual ou superior a que se conseguiu anteriormente é necessário aumentar a massa de capital global.

Se a taxa de lucro cai de 40 para 20, o capital global precisa, inversamente subir na proporção de 20:40 pra que o resultado permaneça o mesmo. Se a taxa de lucro tivesse caído de 40 para 8, então o capital teria de crescer na proporção de 8:40, ou seja, quintuplicar. [Já para que haja uma taxa de lucro acima da anterior] [...] o capital global tem de crescer em proporção maior do que aquela em que cai a percentagem do capital variável.[...] [Isso porque] Se a parte variável de um capital = 100 cai de 40 para 20, então o capital global tem de subir para mais de 200 a fim de poder empregar um capital variável maior do que 40 (ibid, p.170).

⁵² Como Marx (ibid, p.188) advoga as crises são próprias da estrutura conflituosa do capital, por isso “ [...] são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbador”.

O que Marx nos apresenta é uma lei dúplice, ou seja, que proporciona dois efeitos que aparentemente são contrapostos: explica que o desenvolvimento do modo de produção capitalista tem em seu seio a diminuição da taxa do lucro, contudo, tem-se também o crescimento da massa absoluta do lucro. E isso permite expor que as mesmas causas que produzem a tendência à queda da taxa de lucro condicionam também a acumulação acelerada do capital através do crescimento da massa global de mais-valia apropriada.

Portanto, o mesmo desenvolvimento da força produtiva social de trabalho se expressa no progresso do modo de produção capitalista, por um lado, numa tendência de queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, em crescimento constante da massa absoluta de mais-valia ou do lucro apropriado; de forma que, no todo, ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos (ibid, p.171).

Apesar de essa lei geral ser imanente à lógica do modo de produção capitalista; Marx apresenta no capítulo XIV do terceiro volume **dão Capital**, seis causas contrariantes que podem amenizar os prejuízos mais cruéis, mas não acabar com o efeito da lei. Expondo assim, que tal lei geral possui um caráter tendencial.

Tal esforço de Marx se justifica para responder por que os efeitos da lei não são maiores e mais rápidos já que o desenvolvimento das forças produtivas exige mais capital constante no processo produtivo. “Deve haver influências contrariantes em jogo que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência, motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial” (ibid, p.177).

Tais causas de contenção expostas por Marx são: **I. Elevação do grau de exploração do trabalho; II. Compressão do salário abaixo de seu valor; III. Barateamento dos elementos do capital constante; IV. Superpopulação relativa; V. Comércio exterior e; VI. Aumento do capital por ações.** Vamos a elas!

Primeira: através da elevação da produção de mais-valia a taxa de mais-valia cresce, contendo assim os efeitos mais danosos da lei da queda da taxa de lucro. Todavia, neste processo, há diminuição de massa de mais-valia por mercadorias, que, por sua vez, é compensada pela alta taxa de mais-valia produzida.

Se a um trabalhador é imposto o trabalho que, racionalmente, só dois podem executar, e se isso ocorre sob circunstâncias em que este pode substituir três, então esse trabalhador há de fornecer tanto mais-

trabalho quanto dois antes, e nessa medida a taxa de mais-valia subiu. Mas ele não fornecerá tanto quanto antes três forneciam, e com isso a massa de mais-valia caiu. Sua queda é, porém, compensada ou restringida pela elevação da taxa de mais-valia (ibid, p.179).

Posto isso, a maior exploração da força de trabalho, através da elevação da produção-expropriação-realização de mais-valia, é uma das circunstâncias genéricas que impedem com que a lei geral não realize com absoluto rigor seus efeitos, pois a alta taxa de mais-valia compensa a diminuição da massa de mais-valia por mercadoria⁵³.

Segunda: a diminuição dos salários abaixo do seu valor real consiste numa das causas mais significativas para conter os efeitos da queda da taxa de lucro, e isso por que a taxa de mais-valia aumenta e compensa a queda da massa de mais-valia.

Terceira: o barateamento dos elementos do capital constante também consiste numa das causas contrariantes da lei geral, pois apesar de sua massa elevar-se devido ao aprimoramento e desenvolvimento de técnicas etc., seu valor não acompanha de forma proporcional tal crescimento. E essa desvalorização pode conter os efeitos da lei geral em questão, visto que baixa o preço de produção e põe mais insumos no processo produtivo, ocasionando assim a produção de mais mercadorias à custa de mais exploração de trabalho vivo.

Quarta: a existência de uma superpopulação relativa, ou seja, de um exército composto de homens, mulheres e de crianças aptos a venderem a sua força de trabalho por um salário para sobreviverem, serve para baixar os preços dos salários, e assim o custo de produção das mercadorias. Com os salários abaixo da média tanto a taxa quanto a massa de mais-valia são extremamente altas, o que impactam nos efeitos gerais da lei.

Quinta: o comércio exterior barateia em parte os elementos do capital constante e em parte os meios de subsistência para a reprodução do capital variável, pois, o desenvolvimento das relações de produção capitalista, sua expansão a outras terras, possibilitou, além de mercados mais amplos, diminuir o valor dos elementos do capital constante, elevando sua massa, e a diminuir o valor dos meios de subsistência necessários ao capital variável.

⁵³ Outra causa que também pode inibir a queda da taxa de lucro são as elevações temporárias, porém recorrentes da mais-valia acima do nível geral. Quer dizer: quando um dado capitalista tem certo benefício, um novo método de produção que encurte o tempo de produção da mercadoria ele fica em vantagem sobre os seus concorrentes. E isso porque este capitalista se apropria de uma grande quantidade de mais-valia, de lucro, pois a vende abaixo do preço de custo de produção. Esse barateamento das mercadorias força os capitalistas concorrentes a baixar também os preços de suas mercadorias para poder competir, e assim baixar a taxa de lucro. Todavia, esta vantagem particular acaba, e taxa de lucro cai, quando tal benefício é generalizado aos demais concorrentes. (Cf. MARX, 1998a, p, 178; p. 198)

Essas diminuições acarretam um aumento na taxa de lucro, expondo assim o comércio exterior como um dos elementos que auxilia na contenção dos efeitos da lei geral, pois através dele podem-se baixar os preços dos elementos necessários ao processo produtivo.

Sexta: o aumento do capital por ações, os chamados dividendos, não entram, segundo o autor, na equalização da taxa geral de lucro, mas se caso entrasse tal taxa diminuiria muito mais; acarretando ainda mais os efeitos da lei.

Todas essas causas contrariantes não anulam a lei geral, mas debilitam seu efeito, pois retardam e em parte pode até paralisar essa queda, mas não extingui-la. E isso porque o caráter dúplice dessa lei – age de um lado pela queda da taxa de lucro, contudo também provoca o contrário, visto que, os capitalistas para tentar contrariar os efeitos da lei geral intensificam a exploração da força de trabalho, a extração da mais-valia em prol do lucro. Esse caráter da lei geral torna a lentidão da queda da taxa do lucro um ato compreensível.

Com essa lei imanente ao processo de produção capitalista apresentada, passemos agora ao desenvolvimento do capital portador de juros.

3.2 O capital portador de juros e o desenvolvimento do sistema de crédito: as bases histórico-econômicas do capital fictício

Como já havíamos sinalizado no começo deste capítulo: é na seção V do terceiro volume **dô O Capital** que podemos compreender as raízes histórico-econômicas da forma capital fictício. Contudo, como também apresentado tal seção tem como objetivo principal a dinâmica do capital portador de juros atrelado ao desenvolvimento do sistema de crédito na produção capitalista.

Posto isto, aqui trataremos primeiro sobre as características específicas do capital portador de juros, depois o desenvolvimento do sistema de crédito como alavanca para o desenvolvimento do modo de produção capitalista; e por fim o capital fictício como produto decorrente dessa relação. Expondo, por sua vez, que são nestes que se encontram as bases histórico-econômicas do capital fictício em Marx.

3.2.1 O capital portador de juros e o capitalista prestamista: os parasitas do lucro

Suponhamos que um indivíduo seja proprietário de uma máquina no valor de 100 libras esterlinas que em condições médias proporciona um lucro de 20 libras esterlinas. Assim, tal máquina proporcionaria a quem a colocasse em movimento produtivo um resultado

final de 120 libras esterlinas. Suponhamos agora que aquele indivíduo não queira realizar esse processo produtivo, mas passa essa possibilidade a outro, sob a condição de que após um ano, por exemplo, quem dela se utilizar deverá devolver a máquina, e, além disso, pagar uma parte do lucro gerado.

Eis aí a dinâmica do capital portador de juros⁵⁴: um capitalista – **o capitalista prestamista** – em vez de ele próprio pôr em movimento produtivo seu capital potencial, o aliena, o empresta, por um dado período e sob algumas condições jurídicas, a outro capitalista, **o capitalista funcionante**, o mutuário, que põe este capital em movimento produtivo e produz mercadorias, prenes de mais-valia, vende todas elas e consegue o lucro, do qual uma parte é paga ao capitalista prestamista pela utilização do seu capital possível. A parte do lucro gerido que cabe ao prestamista é o **juro**, a parte restante é o **ganho empresarial**.

Eis o capital portador de juros. Eis aí o capitalista prestamista um parasita que se alimenta de parte da expropriação do mais-trabalho realizado pelos capitalistas produtivos que extorquem do operário este mais valor. O capitalista prestamista, é certo, não produz nada, porém abocanha uma parte da mais-valia realizada, na forma de juro.

Observa-se aí que tanto o juro do capitalista prestamista, quanto o lucro do capitalista funcionante, são partes da mais-valia produzida-expropriada e realizada. Dessa forma, em vez de o capitalista funcionante embolsar todo o lucro, ele terá que pagar ao capitalista prestamista – o real proprietário jurídico do capital potencial – uma parte do lucro gerado, uma parte dele na forma de juro⁵⁵.

Compreendem-se também, como uma premissa para a realização do capital portador de juros, que o capital potencial emprestado – nas mãos do capitalista funcionante, seja, na

⁵⁴ No último capítulo da seção V do terceiro volume d' O Capital, o capítulo XXXVI, Marx tece sobre a forma antiga do capital portador de juros, o capital usurário, a usura, no período pré-capitalista. Ou seja, o autor apresenta que tal forma-capital, o capital usurário, precedeu o modo de produção capitalista e estava presente em diversas formações econômicas da sociedade: Escravidão, Formação Asiática, Feudalismo. Tal capital teve um papel elementar no processo de desapropriação das antigas formas de propriedade, pois a usura mediante o empréstimo de dinheiro aos proprietários fundiários e aos pequenos proprietários levava muito mais que o juro, levavam também os meios de produção desses proprietários privados, além de tornar muitos homens livres em escravos por dívidas. Dessa forma, não só a mais-valia, mas também os meios de produção poderiam ser devorados pelo usurário, visto que não havia uma taxa geral de juro em nenhum país, mas sim casos isolados. Arruinando, por sua vez, não só estes produtores, mas também o próprio modo de produção antigo e o feudal, uma vez que suga os meios de produção dos produtores, mas conserva o modo de produção na miséria. “Ela [a usura] não altera o modo de produção, mas suga-o como parasita e o torna miserável. Ela o esgota, enerva e força a reprodução a prosseguir em condições cada vez mais lastimáveis” (1986b, p. 109). Dessa forma, a usura foi importante para o processo de surgimento do capitalismo, visto que possibilitou a formação de uma fortuna monetária independente da propriedade da terra.

⁵⁵ O caráter peculiar do capital portador de juros de produzir lucro, juro e ganho empresarial sem participar diretamente do processo real da produção apresenta-se na superfície da sociedade como uma ação autômata desse capital. Todavia, Marx alerta para este engodo e apresenta que tal alienação, tal fetiche, que circula sobre esta forma de capital consiste na não compreensão do real processo produtivo que intermedeia o movimento em que o capital do prestamista (D) torna-se juro (D') (Cf. capítulo XXIV do terceiro volume d' O Capital).

forma de capital monetário (100 libras estrelinhas), seja na forma de capital mercadoria (uma máquina⁵⁶) – deva ser posto em movimento produtivo para gerar lucro, e desse, juro para o capitalista prestamista. Caso aquele proprietário em vez de emprestar, gaste em consumo próprio, ou entesoure o possível capital, não haveria produção, nem lucro nem juro.

A circulação deste capital também é peculiar:

$$D - [D - M - D'] - D\delta(D + d)$$

Explicando: o capitalista A – capitalista prestamista – empresta ao capitalista B – capitalista funcionante – capital potencial ($D - D$), este capitalista põe em movimento produtivo este capital produzindo mercadorias (M), estas mercadorias, prenes de mais-valia, por hipótese, são todas vendidas, e assim realiza-se toda a mais-valia, gerando o lucro (D'), uma parte deste lucro é pago ao capitalista prestamista em forma de juro ($D'(D + d)$).

Na primeira duplicação ($D - D$) ocorre apenas uma mudança de lugar de D , não há metamorfose, pois D (dinheiro ou mercadoria – capital potencial) apenas torna-se capital quando nas mãos de B é posto em processo produtivo. Assim, A cede o valor de uso de seu dinheiro/mercadoria, que nas mãos de B torna-se capital. Já na segunda duplicação ($D' - D'$) temos o lucro (primeiro D'), onde uma parte é paga ao capitalista A na forma de juros (segundo D' que corresponde $D'(D + d)$).

Tanto o ato de $D - D$ (a transferência do capital potencial das mãos do prestamista para as do mutuário), quanto o de $D' - D'$ (a transferência do capital refluído das mãos do mutuário para as do prestamista) nada tem a ver com o processo real de produção, são, nas palavras de Marx, apenas “transações jurídicas”. A primeira encaminha o processo emprestando dinheiro ou mercadoria como capital; a segunda impõe a restituição do capital emprestado junto a uma parte do lucro gerado, o juro.

Se compreendermos que o juro tem seu limite máximo no lucro, então uma taxa de juros depende da taxa de lucro para ser calculada. Posto isso, a taxa de juros é justamente a relação entre a taxa de lucro e o juro, ($J\delta = l\delta' j$), com valores convertidos em dinheiro. “Se,

⁵⁶ Marx assinala que tanto o dinheiro quanto a mercadoria podem ser utilizados como capital na medida em que estes funcionem como apropriadores de trabalho alheio, ou seja, que postos em movimento produtivo gerem lucro. Contudo, observa que todo capital emprestado é apenas uma forma particular do capital monetário, pois tal capital é uma dada quantia de dinheiro, de onde se calculará o juro.

por exemplo, a taxa média de lucro fosse = 20% e o juro = 1/4 do lucro, então a taxa de juros seria = 5%; se aquela taxa fosse 16%, então o juro seria = 4%” (MARX, 1986a, p.270).

Sendo a taxa de juro regulada pela taxa de lucro então o lucro industrial é a diferença entre o lucro global e o juro.

Na maioria dos casos⁵⁷, os níveis altos ou baixos de juros estão relacionados, respectivamente, com os períodos de prosperidade, de lucros extraordinários, ou com o período de escassez produtiva do capital⁵⁸. Atingindo “[...] seu nível mais extremo durante as crises, quando se tem de tomar dinheiro emprestado para pagar a qualquer custo” (ibid, p.271). O que implica que quanto maior a taxa de lucro, possivelmente maior a taxa de juros⁵⁹.

O capital portador de juros ganha novos contornos com o desenvolvimento do sistema de crédito que impulsiona o comércio de dinheiro, e forja aí o produto mais sofisticado do modo de produção capitalista: o capital bancário.

3.2.2 Do desenvolvimento do sistema de crédito ao desenvolvimento do comércio de dinheiro: o surgimento do capital bancário

O desenvolvimento do sistema de crédito, que ultrapassa “as leis do crédito comercial⁶⁰” e dá base ao crédito bancário, consistiu numa alavanca para o desenvolvimento

⁵⁷ Outras tendências à queda da taxa de juros que independe das flutuações da taxa de lucro se dão por duas causas: a primeira consiste na ação dos rentiers, ou seja, daqueles que sobrevivem dos juros, contudo sem pô-los em movimento produtivo, aí há a variação da taxa de juros sem qualquer variação na taxa do lucro bruto; a segunda é o desenvolvimento do sistema de crédito que disponibiliza capital monetário aos capitalistas produtivos, e assim interfere na taxa de juro.

⁵⁸ No capítulo XXVI do terceiro volume d’ O Capital, Marx trata sobre a acumulação de capital monetário, ou seja, “de dinheiro que não é posto para trabalhar”, e de sua influência sobre a taxa de juros. Para o autor, o volume de capital monetário desocupado, por exemplo, guardado em banco, interfere sobre a taxa de juros fazendo-a cair, pois quanto menos capital monetário em circulação, menos aplicações, menos investimentos, e por sua vez, menos lucro e menor a taxa de juros. Tal afluxo de capital excedente deve-se, por exemplo, a falta de campo de investimentos, o que acarreta na diminuição da procura por dinheiro. Por outro lado, quando há o período de efervescência de investimentos a procura por dinheiro, capital monetário, cresce junto com a possibilidade de lucro. E, por consequência, a taxa de juros aumenta. Neste caso, “o dinheiro adormecido começa a trabalhar”. Assim, compreende-se que: a abundância de capital desocupado baixa a taxa de juros, enquanto a redução do capital desocupado, ou seja, com o aumento dos investimentos, aumenta-se a taxa de juros.

⁵⁹ Uma taxa média de juros é calculada pela média das taxas de juros durante as variações nos grandes ciclos industriais e a taxa de juros naqueles investimentos em que o capital é emprestado a prazo mais longo. Por isso, a taxa média de juros não é de modo algum determinável por qualquer lei natural, mas apenas no processo é que se pode calculá-la. Diante disso, também não podemos falar de uma taxa “natural” de juros, como derivada de costumes ou tradição legal, ou mesmo como resultado da concorrência da procura e oferta, visto que está advém da repartição do lucro.

⁶⁰ O crédito comercial era o crédito que os capitalistas ocupados na reprodução se concediam mutuamente. Seu representante era a letra de câmbio – promessa de pagamento. As letras que circulavam entre os próprios comerciantes representavam meios de pagamentos, que se davam através do endosso de propriedade; e neste

do sistema de produção capitalista. Visto que, com o desenvolvimento do comércio, decorrente da grande produção, o crédito passou a ser mais requerido, mais fluido ⁶¹, e assim possibilitou a ascensão do próprio processo de produção capitalista⁶². Contudo, apesar desse avanço, cresceram também as especulações que se elevam concomitantemente a ampliação dos negócios.

O sistema de crédito não tem por base nem o dinheiro metálico, nem a moeda papel do Estado, mas sim o instrumento **letras de câmbio** – que consiste em promessas escritas de pagamentos até seu dia de vencimento. Tais letras circulam como dinheiro, como meio de pagamento e transferem propriedades de mãos em mãos, por meio de endosso, sem a ajuda do dinheiro propriamente.

Assim, dadas essas concessões de créditos aos capitalistas produtivos tem-se aí a possibilidade de ele os utilizar como capital para explorar força de trabalho.

Com o desenvolvimento do sistema de crédito também ocorre o desenvolvimento do comércio de dinheiro. E neste processo, o ato de emprestar dinheiro, de realizar capital portador de juros, tornar-se um negócio especial de novos agentes prestamistas, os banqueiros.

Estes prestamistas cedem uma dada quantia de dinheiro que na maioria das vezes, não é sua, mas pertence a outro. E isso porque os banqueiros agem como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o capitalista produtivo. Por isso, ele tem acesso à maioria do

caso o desconto não interferia. Posto isso, tal relação consistia tão somente numa transferência do título de crédito de A para B, sem a interferência, muitas vezes, do próprio dinheiro. Apesar desse caráter puramente comercial, Marx chama a atenção para duas coisas pertinentes ao circuito do crédito comercial. A primeira é que a liquidação desses débitos dependia do refluxo do capital, em outras palavras, da venda das mercadorias, da normalidade do processo de reprodução, quer dizer: dos processos de produção e consumo. Abstraindo esse refluxo, o emissor da nota teria que possuir capital de reserva para poder efetuar o pagamento. A segunda coisa consiste em que esse sistema de crédito não eliminava a necessidade de pagamentos monetários em espécie, pois “[...] pode ocorrer, por exemplo, que B, que recebeu uma letra de C em lugar do pagamento, tenha, antes que essa letra vença, de pagar a D uma letra vencida, e para isso precisa de dinheiro em espécie.” (MARX, 1986b, p.22). Assim, constituem-se limites a esse crédito: o refluxo do capital e a necessidade de os industriais e os comerciantes possuírem reservas de capital no caso de retardo dos refluxos.

⁶¹ No capítulo XXXIII do terceiro volume d’ O Capital Marx analisa a importância do sistema de crédito para a velocidade da circulação e para a dinâmica no mercado monetário.

⁶² Ver capítulo XXVII, onde Marx tece sobre o papel fundamental do sistema de crédito para o desenvolvimento da expansão da produção capitalista e de como ele consistiu num dos instrumentos para a dissolução das antigas relações de produção. Ver também nos capítulos XXX, XXXI e XXXII como Marx apresenta a relação entre o sistema de crédito, produção e implicações na taxa de juros, levando em conta o ciclo estrutural do capital – auge, depressão, crise e retomada do crescimento. Em suma: apresenta que com o processo de reprodução que mantém a fluidez do capital, o crédito se expande e perdura, todavia, com a escassez de produção e assim o retardo do refluxo do capital decorrente da estagnação do processo de reprodução do capital, o crédito se contrai, pois o capital está desocupado e parado e assim não há necessidade corrente da procura de crédito para comprar mais mercadorias. Neste contexto, torna-se um erro expor que em período de crise há escassez de capital produtivo, pois é justamente o contrário, há excesso de capital produtivo, contudo que não conseguiram valorizar-se, não conseguiu retornar, não completou o ciclo da reprodução do capital justamente, pois ele está desocupado e estagnado.

dinheiro, pois ou ele está fazendo cobrança do que foi emprestado, ou está recebendo depósitos dos prestamistas individuais, e assim formando um depósito próprio com o dinheiro dos outros para emprestar como se fosse seu.

Dessa forma, ele se torna o administrador geral do capital monetário emprestável.

Pelo depósito efetuado no banco, o prestamista individual recebe em contrapartida juro, que nem se compara ao juro tomado pelo banqueiro ao emprestar o dinheiro deste prestamista individual a outro indivíduo. Com o juro conseguido pelo banqueiro ao emprestar o dinheiro de outro, ele paga o juro deste e embolsa o restante.

Assim, o lucro do banqueiro advém “[...] em geral, em tomar emprestado a juros mais baixos do que aqueles a que empresta.” (ibid, p.303). Em outras palavras: ***enquanto o banqueiro paga juros baixos para seu depositante, exige juros altos a quem empresta.***

Em relação ao crédito, o que o banqueiro possibilitava podia ser em várias formas: letras de câmbio, cheques contra o próprio banco, notas bancárias que não passava de uma letra de câmbio contra o banqueiro, etc. Esses vários signos circulantes de crédito eram oferecidos como crédito ao capitalista produtivo em troca de juros, por dado período. Verifica-se assim que nestas transações emprestava-se “dinheiro”, por dado período, e se devolvia o valor emprestado, mas o juro pela utilização. E isso porque o crédito toma função monetária.

Segundo Marx, quando o dinheiro nos bancos escasseava, os banqueiros, para manter uma quantia de dinheiro em suas mãos, costumavam dar letras de câmbios em pagamento a seus clientes, ou seja, os próprios banqueiros emitiam letras de câmbios – promessas de pagamentos – contra o próprio banco.

Tal lógica tinha na legislação bancária inglesa de 1844 e no ***Currency Principle***⁶³ seu arcabouço teórico, o qual buscava nestes a realização de uma circulação ideal a ponto até de impossibilitar as crises. Neste sentido, o Banco da Inglaterra emitia notas conforme o seu

⁶³ O capítulo XXXIV do terceiro volume d’ O Capital trata justamente sobre o Currency Principle e a Legislação bancária Inglesa de 1844. Neste, Engels explica que o Currency Principle foi o princípio utilizado pela escola dos teóricos bancários. Tal princípio, embasado na teoria do valor monetário em relação aos preços das mercadorias de Ricardo, advogava que: assim como a quantidade de dinheiro metálico em circulação influencia nos preços das mercadorias, e para tentar equilibrar essa proporção entre dinheiro metálico e mercadorias os países importam o excesso de ouro ou de mercadorias, e exportam o que lhe falta, seja ouro, sejam mercadorias, as notas dos bancos compõem da mesma sorte. Tal lógica orientou à circulação das notas dos bancos, e assim tornou-se parte do arcabouço teórico das leis bancária inglesa e a escocesa de 1844. Apesar disso, tanto a teoria ricardiana quanto à escola do Currency Principle, diz Marx, mostraram-se falsas; tanto na teoria quanto na prática. Pois, quantidade de ouro não determina o preço de mercado das mercadorias, mas sim a procura e a oferta de mercadorias é seu determinante. Tal quantidade de ouro implica na verdade na taxa de desconto de um país, que são levados em conta para a fixação dos preços de custo ou na determinação da procura e da oferta das mercadorias. A lei bancária de 1844 ainda dividia o Banco da Inglaterra em dois departamentos o de emissão de notas (recebia títulos e toda a reserva metálica, e emitia um montante de notas no valor da soma de ambos) e o bancário (a reserva entesourada do banco).

montante de ouro entesourado. Contudo, tal objetivo mostrou-se, como Marx ironiza⁶⁴, teórica e empiricamente um duplo fracasso, ocasionado à crise de 1857.

A forma de combater essa crise foi justamente suspender a legislação bancária inglesa de 1844. Assim, o Banco poderia emitir notas a quantidade que desejar, sem considerar sua cobertura pela reserva de ouro. Dessa forma criou-se um volume de capital monetário fictício de papel para realizar adiantamentos e salvar o comércio inglês.

O caso daí decorrente é que tudo o que facilita os negócios, e neste caso os negócios dos banqueiros também facilita as especulações. Por exemplo, Marx (1986a, p.306, grifo do autor) nos traz exemplos práticos dessa relação entre negócios e especulações ao analisar o ***The Currency Theory Reviewed etc.***

É inegavelmente certo que as 100 libras esterlinas que hoje deposito com A serão novamente despendidas amanhã para constituir um depósito com C e assim por diante, até o infinito. As mesmas 100 libras esterlinas em dinheiro podem, portanto mediante uma série de transferências multiplicar-se para formar uma soma absolutamente indeterminável de depósito. Assim, é possível que 9/10 ***de todos os depósitos na Inglaterra não tenham existência alguma além dos registos nos livros dos banqueiros.***

Neste contexto cria-se uma rede de especulações, onde o capital real em circulação é menor que tais ações especulativas⁶⁵. Por exemplo, “[...] na Escócia, onde o dinheiro circulante {e por cima, quase só de moeda-papel} nunca ultrapassa 3 milhões de libras esterlinas, os depósitos atingem 27 milhões” (ibid,p.306).

⁶⁴ Aliás, ao longo da Seção V do terceiro volume d’ O Capital, Marx vai apresentando as insuficiências e equívocos dos pensadores da economia vulgar, sobretudo dos intelectuais da economia bancária acerca de questões básicas da Economia Política. Ver, por exemplo, no capítulo XXVI, como o autor desembaraça as confusões dos representantes dos bancos, Lord Overton (banqueiro), e o Sr. Norman (Diretor do banco da Inglaterra), acerca da determinação e das causas das flutuações da taxa de juros, assim como da compressão da categoria capital. No capítulo XXVIII, o autor analisa as confusões teóricas presentes nas concepções de Thomas Tooke e de John Fullarton sobre: meios de circulação, dinheiro e capital (capital monetário em geral e capital portador de juros). Já no capítulo XXXIV, ao tratar sobre o Currency Principle e a Legislação Bancária Inglesa de 1844, Marx e, sobretudo Engels, descortinam o princípio, embasado na tese ricardiana do valor do dinheiro em relação aos preços das mercadorias, utilizado pela escola dos teóricos banqueiros (Lord Overton; Torrens, Norman, Twell, Clay, Artuthon, Newmarch, entre outros) que orientou a legislação bancária inglesa e escocesa até a crise de 1857.

⁶⁵ Esse processo de desmaterialização do capital monetário, contudo, a ampliação dos negócios, leva Marx a analisar a existência do capital nas relações de crédito bancário, especialmente do capital monetário emprestado pelos bancos aos industriários e comerciantes. E se guia por duas perguntas básicas: até que ponto a acumulação de capital monetário indica a acumulação real do capital? E até que ponto a escassez de capital de empréstimo expressa uma escassez de capital real, capital-monetário, capital produtivo? Essa análise ao momento em que apresenta o capital real revela, por sua vez, que a maior parte do capital bancário consiste em capital fictício, ou seja, que não tem base material. Que representa direito a receber.

A crise do comércio inglês em 1847⁶⁶ exposta por Engels, também demonstra empiricamente essas ações especulativas presentes na expansão da concessão do crédito bancário e dos grandes lucros decorrente dos grandes negócios neste período.

Posto isso, tanto o desenvolvimento do sistema de crédito quanto o surgimento do capital bancário, o produto mais refinado e artificial desse modo de produção, impeliram o capital à horizontes mais amplos, contudo para os trabalhadores, que tiveram sua exploração intensificada, nada teve a comemorar. Agora, os banqueiros tomam os negócios dos ourives, usurários, prestamistas por penhores e seus representantes, centralizando a maior parte do dinheiro em seus cofres e concedendo a juros o capital-monetário aos capitalistas produtivos para explorar força de trabalho.

E são nestas relações histórico-econômicas do desenvolvimento do sistema capitalista que surge o capital fictício.

3.2.3. A especificidade do capital fictício em Marx

Concordamos, outra vez, com Sabadini (2013, p. 600) quando expõe que: “[...] é, sobretudo no Capítulo XXIX – “Composição do capital bancário” – e no Capítulo XXX – “Capital monetário e capital real (I)” – que [...] Marx faz uma exposição mais direta e mais precisa do capital fictício”.

É justamente ao apresentar as partes constitutivas do capital bancário⁶⁷ e desta as relações de empréstimos ao Estado, a dívida pública, que o autor tece sobre os elementos

⁶⁶ Entre 1845 e 1846 as mercadorias industriais inglesas estavam sendo muito requisitadas exteriormente. E assim os lucros dos capitalistas ingleses estavam nas alturas. Era o período de prosperidade inglesa. Um dos fatores para esta prosperidade foi a abertura do comércio, imposto pela Inglaterra a China após a vitória daquela sobre esta em 1843, na Guerra do Ópio. Contudo, a usura dos ingleses por mais lucro fizeram muitos deles investir seus próprios capitais em outros ramos produtivos como o da construção das estradas de ferro. O crédito se encontrava facilitado e barato para esses aventureiros, contudo as más colheitas de 1846 fizeram com que a Inglaterra, e a Irlanda exportassem alimentos, sobretudo, batata e cereais, de outros países e estes só podiam ser pagos com metais preciosos. Dessa forma, 9 milhões foram para o exterior, onde 7/ ½ milhões em espécie foi do tesouro do Banco da Inglaterra. Reduzindo-se assim suas disponibilidades monetárias, e consequentemente os descontos bancários começaram a estancar e muitas firmas, grande e pequenas faliram. Estava dado o colapso, a crise da Inglaterra em 1847. A concessão indevida de crédito pelos bancos aos capitalistas ingleses sedentos por mais lucros foi o fator decisivo para a crise da economia inglesa em 1847, visto que, para obter os enormes lucros os capitalistas “Subscreviam-se ações, tantas quantas fossem possíveis, isto é, até onde bastasse o dinheiro para os primeiros pagamentos, quanto ao resto, depois já se veria!” (ENGELS, 1986a, p.307).

⁶⁷ No capítulo XXIX, Marx analisa as partes constitutivas do capital bancário. Ele explica que tal capital é constituído por duas partes: dinheiro em espécie – ouro, prata ou notas (papel-moeda); e títulos de valor, (títulos comerciais, letras de câmbio, títulos públicos de valor – por exemplos, títulos do Estado, títulos do Tesouro, ações de todas as espécies, títulos portadores de juros (que não sejam letras de câmbio), e hipotecas. Além disso, ele se divide em: capital de investimento do próprio banqueiro, e depósitos, que formam seu capital que pode ser cedido em troca de juros, ou seja, seu banking capital, e as notas. Assim, uma parte constituinte do capital bancário são esses papéis portadores de juros; sendo o mais importante às letras de câmbio, as promessas de

principais acerca do metabolismo funcional do capital fictício. Vejamos como Marx descreve essa relação.

Segundo o autor, o capital portador de juros pode converter um rendimento monetário determinado e regular em juros de capital, seja ele existente ou não.

Por exemplo, o caso da dívida pública: O Estado paga a seus credores, dentre eles os banqueiros, dividendos – juros da dívida pública – pelo rendimento monetário tomado, e ele, por sua vez, utiliza essa soma para a construção de uma escola, por exemplo. Neste caso, observa-se que o capital de onde o Estado deveria tirar o lucro, e daí o juro para pagar seus credores, não existe mais, é ilusório, pois a soma que foi emprestada ao Estado já não existe. O que ele pagará como juro a seus emprestadores advém das receitas anuais do Estado, dos impostos arrecadados no ano. Dessa forma, o juro neste caso não é oriundo daquele capital emprestado, mas da receita estatal.

Aí observamos duas coisas: o rendimento monetário tomado pelo Estado no final reteve dividendos sobre o montante emprestado; apesar de ele não ser empregado como capital produtivo. Neste caso, há o empréstimo, porém não há formação de lucro diretamente por este empréstimo. E neste sentido, o que o credor recebe não é decorrente do lucro daquele empréstimo, mas de um capital já realizado. O empréstimo inicial serve como base para a contabilidade do valor a ser recebido, contudo tal valor é decorrente de outro capital.

Para o credor tal direito consiste num título de dívida contra o Estado⁶⁸, que lhe dá direito a um **quantum** das receitas anuais estatais, ou seja, de valor futuro, e que pode ser vendido a outro quando o credor o quiser. Todavia, “Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autônomo que se valoriza por si mesmo se consolida” (MARX, 1986b, p.11).

Eis aí o metabolismo do capital fictício, uma forma-capital que se valoriza sem dependência direta com o real processo produtivo. Que se apresenta a sociedade como forma autômata. Onde o dinheiro parece trabalhar e gerar por si próprio mais dinheiro. Dissimulando ainda mais a relação de exploração estrutural na sociedade capitalista.

pagamentos de capitalistas industriais ou comerciantes. A outra parte é a sua reserva monetária, seja em ouro ou notas.

⁶⁸ Sendo a composição do capital bancário constituído também por papeis de valor, dentre eles as dívidas estatais, compreende-se que a maior parte deste capital consiste em valor capital puramente ilusório, pois: “A maior parte do capital bancário é, portanto, puramente fictício e consiste em títulos de dívida pública (que representam capital passado) e ações (direitos sobre rendimento futuro)” (MARX, 1986b, p.13). E isso pelo fato de que, o valor monetário do capital desses papéis nos bancos é puramente fictício, quer dizer, desvia-se do valor do capital real; além de que esse capital fictício do banqueiro em grande parte não representa seu próprio capital, mas sim do público que deposita com ele, com ou sem juros.

Contudo, esse caráter místico, obscuro do capital fictício é iluminado pelas suas bases histórico-econômicas. Visto que: primeiramente, sua condição de capital já põe a mostra seu objetivo, a mais-valia, e desse a exploração da força de trabalho, como condição ineliminável do capital; segundo, ele surge mediante o desenvolvimento histórico-econômico do sistema de crédito e do capital portador de juros, ou seja, como uma necessidade do próprio processo de produção e reprodução do capital. Demonstrando, por sua vez, a sua intrínseca relação de coexistência com a produção real do capital e de que as raízes histórico-econômicas de tal forma capital consistem no próprio desenvolvimento histórico e econômico do capitalismo.

Se Marx escreveu que o capital portador de juros apresentava-se como a forma-capital mais fetichada; seu produto, o capital fictício, a nosso ver é bem mais. Pois escamoteia a relação de exploração do trabalho pelo capital e expõe para a superfície social um caráter de normalidade, e intensifica o discurso de que o dinheiro por si é capaz de gerar mais dinheiro. Dessa forma, o capital fictício representa a complexificação da lógica da apropriação de mais-valia realizada. E nasce como consequência da generalização da concessão do crédito e do capital portador de juros.

Neste sentido, enquanto o capital portador de juro exige parte do lucro produzido com o capital emprestado, o rendimento do capital fictício é oriundo de outro capital já realizado. E neste caso consiste na transferência de valor já realizado para os bolsos destes capitalistas sem que eles tenham que participar diretamente da produção deste valor.

Tal forma capital, por si, não produz nada, é parasita da produção real. Apropria-se de valor excedente, porém não o produz. É capital, pois objetiva mais-valia, é fictício, pois sua fonte não provém de um capital real posto por ele. Apesar disso, tal capital tem uma dependência ontológica com o real processo de produção capitalista, ou seja, com a exploração do trabalho.

Dessa forma, o caráter parasita do capital fictício só pode ser compreendido quando se compreender as bases do modo de produção capitalista.

É certo que os poucos parágrafos, e ainda assim dispersos de Marx sobre tal forma capital na sua obra máxima, não ilustram a amplitude que hoje o capital fictício representa na sociedade (sobretudo com a ampliação de suas fontes: títulos de crédito, títulos de dívida pública, ações, parcela de salários aplicada, etc.), contudo é justamente na compreensão de suas bases que podemos descortinar a aparência de capital místico, de normalidade, e apresentá-lo como a forma mais sofisticada e reificada que o capital encontrou para tentar sobreviver as suas estruturais contradições, para depois cair em crise outra vez.

E isso nos ajuda a afirmar que o capital fictício tem sua nutrição na exploração do trabalho como qualquer outra forma de capital. E isso implica em dizer também que mesmo que esta forma-capital não participe diretamente do processo produtivo, ela se alimenta diretamente desse processo, e o intensifica, visto que, quem paga a conta da soma dos rendimentos recebidos por estes capitalistas são os trabalhadores.

Para apresentar essa relação de intensificação da exploração do trabalho sob a lógica da ampliação do capital fictício temos que voltar nossos olhos para a atualidade, então passemos ao nosso último capítulo, onde tecemos brevemente sobre o metabólico do capitalismo contemporâneo, onde o capital fictício impera.

CAPITULO IV

CAPITAL FICTÍCIO E CRISE DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE: BREVES ANOTAÇÕES

[...] é notório que a discussão do capital fictício em Marx não foi satisfatoriamente desenvolvida. Primeiro, Marx não aprofundou o estudo do sistema de crédito internacional [...], impedindo-o de tecer maiores considerações sobre o papel do capital fictício. Além disso, o momento histórico em que Marx elabora tal análise carecia, ainda, de desenvolvimento mais agudo das formas concretas do capital fictício, e a dinâmica capitalista era determinada então sobremaneira pelo capital industrial, em pleno processo de constituição de um mercado mundial, fazendo do capital fictício de então um fenômeno que mais era influenciado do que influenciava o capital industrial.

(ANDAKU; BUENO, 2009, p.03)

Neste último capítulo abordamos brevemente sobre a categoria capital fictício na contemporaneidade e de sua importância para a compreensão da atual crise do capital. Pois com o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do capital fictício a partir da década de 1980 a necessidade de um olhar mais atento não apenas às formas concretas desse capital, mas também ao próprio conceito de capital fictício torna-se cada vez mais necessário para entendermos a fase atual do capitalismo e suas implicações na relação capital versus trabalho.

Ao mesmo tempo verificamos como o pensamento de Marx permanece atual e necessário para a compreensão do capitalismo contemporâneo sob a centralidade do capital fictício, e suas crises.

4.1 Crise atual do capital e centralidade do capital fictício: breves exposições

A compreensão da atualidade do capital fictício nos exige entender a crise atual do capital e a centralidade desta categoria neste cenário, pois como se verá a expansão dela foi um dos instrumentos fundamentais para tentar salvar o capital de mais uma de suas estruturais crises, contudo implicou numa nova crise.

Marcelo Carcanholo (2010), embasado em Marx, nos traz uma análise fundamental dessa relação. Ao observar, primeiramente, que toda crise do capital é parte do processo

cíclico de acumulação do próprio capital, e que ela só pode ser compreendida a partir do entendimento da fase anterior de relativo crescimento do capitalismo, o autor busca as causas da crise atual do capital retornando a sua crise anterior e abordando as formas como se tentou contornar os seus efeitos.

Por isso, ele volta seu olhar para o final da década de ouro do capital, os finais dos anos 1960, e apresentam-nos, além das causas desta crise, quais foram respostas para “salvar” o capital da crise de 1970, para assim compreender as causas da crise de 2008.

Ele sinaliza que os primeiros indícios da crise de 1970 se deram já no final da década de 1960 com a desaceleração das taxas de crescimento nas principais economias do mundo, assim como os problemas de manutenção das taxas de lucro. Tendo como causas/agravamento: o esgotamento do padrão fordismo/taylorista de produção e administração do trabalho; a hipertrofia da esfera financeira; a crise fiscal do **Welfare State** entre outros.

Em outros termos: a redução da taxa de lucro e a superacumulação/superprodução de capital, as formas clássicas de manifestação da crise do capital, foram também os resultados da crise dos anos 1970. Houve produção em demasia de capital frente as suas possibilidades de valorização e/ou de manutenção da lucratividade obtida até aquele momento. E este cenário de recessão exigia, por sua vez, novas respostas do capital.

A implantação das medidas neoliberais e do modelo flexível de produção e administração do trabalho, as transferências do excedente produzido na periferia para o centro do capitalismo, em especial para os EUA, e a expansão do capital fictício foram algumas das respostas adotadas pelas personificações do capital.

Enquanto a adoção das medidas neoliberais no centro e na periferia do sistema buscou elevar as taxas de mais-valia e incentivar a retomada da lucratividade do capital, a desregulamentação dos mercados, ou seja, a redução da intervenção econômica estatal, garantiu novos espaços para a realização/ valorização do capital sobrando. O mercado financeiro, por exemplo, foi um dos mais, senão o mais beneficiado. E é neste mercado, mediante o desenvolvimento dos instrumentos financeiros, que o autor especifica a fase atual do capitalismo e com ele a expansão do capital fictício a partir dos anos 1980 e especialmente nos anos 1990.

No entanto, Marcelo Carcanholo (2010, p.04) chama atenção para a necessidade da correta apreensão do que significa a categoria capital fictício desenvolvida por Marx no livro III d’ **O Capital** como elemento fundamental para a compreensão da fase atual do capitalismo. Resume que ela “é muito mais profícua para entender a atualidade do que as noções, mais

densas ou não, de capital financeiro/ finaceirização/ finanças”, e do que a categoria capital financeiro.

A noção mais corriqueira, diz o autor, de capital financeiro “[...] costuma se referir ao capital remunerado basicamente com ganhos especulativos na esfera financeira (ou seja, todo conjunto de transações realizadas no mercado financeiro), além de remuneração derivada dos juros (o capital portador de juros)”.

Já a categoria capital financeiro, desenvolvida por Hilferding no início do século XX, procurava dar conta da unificação/fusão do capitalismo produtivo com o capital bancário, sobre a hegemonia deste. Sendo, segundo Lenin, uma das formas preponderante do capital na sua fase imperialista. Como Marcelo Carcanholo (p.04) expõe: “[...] ela [a categoria capital financeiro] é entendida ali como a característica específica de uma determinada fase (superior) do capitalismo, o imperialismo, e não mais como uma categoria que daria conta de um caso específico, o que, diga-se de passagem, já estava sinalizado no próprio Hilferding”.

Ainda segundo o autor (p.04):

Desde já, é inescapável notar que, na concepção de Hilferding, a categoria capital financeiro, ou capital bancário – como ele mesmo afirma – não apresentaria tantos elementos categorias assim que o distinguísse de outras categorias já formuladas por Marx, como capital portador de juros e capital bancário. Este último, aliás, tratado em certos momentos quase como sinônimo de capital financeiro.

Em relação à compreensão em Marx do termo “capital financeiro”, o qual Mollo (2011), por exemplo, utiliza para referenciar “o processo de especialização de alguns capitalistas no comércio de dinheiro”, Sabadini (2013, p.594, nota de rodapé nº. 11), por sua vez, alerta que “não existe o conceito de capital financeiro em Marx”, mas que houve problemas de tradução na edição francesa d’ ***O Capital (Edicion Sociales, Paris 1976, tradução de Mn Cohen-Solal e M. Gilbert Badia)***, pois o termo “***capital de comércio de dinheiro***” foi traduzido como “***capital financeiro***”.

Como vimos, no capítulo anterior, o capital fictício em Marx ultrapassa o mero apropriar-se de um valor excedente, é justamente o desenvolvimento/complexificação dessa lógica. Vimos também que ele é um desdobramento do capital portador de juros – capital-dinheiro que, uma vez, emprestado para entrar no processo de produção gera ao prestamista juros sobre parte da mais-valia extraída – e do desenvolvimento do sistema de crédito.

Neste sentido, Marcelo Carcanholo difere o capital portador de juros do capital fictício⁶⁹.

Antes [referindo-se ao capital portador de juros] de um capital realmente existente, e pelo seu empréstimo para um capitalista funcionante, que ingressaria no processo produtivo para produzir mais-valia, obtinha-se um rendimento, os juros. Agora [referindo-se ao capital fictício] é a partir de um rendimento, qualquer que seja ele, é que se constitui uma massa monetária, que pode até vir a funcionar como capital monetário. É a inversão da lógica produção-apropriação de valor. Mais rigorosamente, é a autonomização da lógica da apropriação sobre a da produção de valor (2010 p. 05-06).

Ou seja, enquanto os rendimentos do capital portador de juros são oriundos do emprego produtivo do capital real emprestado; os do capital fictício advêm de outras fontes como títulos de créditos, ações, parcela de salários, etc. E isso porque, segundo Mollo (2011, p. 487), “[...] como os títulos que constituem o capital fictício não se valorizam de acordo com a valorização do capital real, o pagamento dos ganhos que geram para seus proprietários é fruto de mera distribuição do valor e de rendas existentes ou já gerados”.

Segundo Sabadini (2013, p. 602 apud CARCANHOLO; SABADINI, 2009) “[...] o capital fictício é essa forma capital cujo valor deriva de um fluxo de renda correspondente a um capital já realizado, sobre o qual se aplica uma taxa de juro, de forma que os proprietários do capital começam a ganhar uma remuneração sem contrapartida em capital produtivo”. Pois, como Seisdedos e Frade (2009, p. 06), embasados em Dayani Aquino e Paulo Cipolla (2008), resumem: “[...] o capital fictício é apenas um título que dá direito a apropriação de uma parte da mais-valia (lucro) produzida na sociedade”.

Neste sentido, compreende-se que este último capital, do ponto de vista individual, não produz mais-valia, pois não entra no processo produtivo, e neste sentido se apropria de valor que foi produzido por outros.

Contudo, mesmo sua lógica se referindo à apropriação de excedente e não a sua produção, o capital fictício, segundo Marcelo Carcanholo, pode contribuir indiretamente para o aumento da acumulação do capital, via redução do tempo de rotação do capital global. E isso porque ele permite o funcionamento de atividades produtivas que, de outra forma, teriam que esperar muito tempo para serem implementadas. Posto isso, o capital fictício possibilita a

⁶⁹ Vale salientar que na interpretação do capitalismo contemporâneo, mesmo compreendo a centralidade do capital fictício como conceito central, François Chesnais (1996, 2005) não distingue o conceito de capital fictício do de capital portador de juros como Marx fez, prefere ressaltar o capital-dinheiro centralizado em grandes somas que busca valorização sem adentar a esfera da produção. Além de que neste autor há uma oposição entre o capital produtivo e o capital fictício.

redução do tempo de rotação do capital global e consequentemente a elevação da taxa de lucro. O que implica em mais exploração do trabalho.

Contudo, esta lógica de apropriação de excedente se alastrou em detrimento da produção, o que significou que uma parcela cada vez maior do capital global procurou apropriar-se de um valor que estava sendo produzido cada vez menos. “O último ciclo de acumulação do capitalismo a partir dos anos 1970 do século passado pode ser entendido a partir dessa dialética do capital fictício.” (M. CARCANHOLO, 2010, p.06).

Mediante estes fatores, mas não só eles, o capitalismo na sua retomada pós-crise nos anos 1970 vivenciou um ciclo de alta liquidez/crédito internacional que deu certo “alívio” à economia capitalista, mesmo num período de pouca dinâmica.

Para a América Latina, por exemplo, a maior liquidez externa possibilitou a elevação do financiamento externo, o que resultou em um relativo crescimento de alguns países, como o Brasil, em um contexto internacional de crise na economia mundial.

Todavia, isso implicou no crescimento sobremaneira das dívidas externas desses países, pois muitos deles não conseguindo honrar com seus débitos entram os anos 1980 endividados. Isso provocou nova baixa na liquidez internacional que só se reverteu com a reestruturação da dívida externa, basicamente com a securitização dos débitos – grosso modo, na transformação das dívidas em títulos que podem ser (re) transformados no mercado dando maior liquidez a essas dívidas. Tal transformação, segundo Meyer (1998) torna-se um dos focos mais eficientes de difusão do capital fictício.

Como resultado disso temos a volta da alta liquidez internacional nos anos 1990, todavia mais instrumentos financeiros (títulos da dívida externa) foram criados aprofundando ainda mais a lógica do capital fictício.

Apesar da fluidez de crédito internacional “A década neoliberal, [1990] baseada nos programas do Consenso de Washington, teve como saldo taxas médias inferiores aos anos 80, época conhecida como década perdida para a América Latina” (M. CARCANHOLO, 2010, p. 07). E os anos 1990 também representou um período de instabilidade na economia mundial caracterizada, sobretudo, pelas crises financeiro-cambiais.

A maior liquidez internacional, na virada do século, propiciou mais crédito com baixas taxas de juros, principalmente aos países em desenvolvimento que obtiveram grandes crescimentos de suas economias, a exemplos, da China, 10,1% em 2004, 11,1% em 2006 e 11,4% em 2007, e a Índia, 7,9% em 2004, 9,7% em 2006 e 9,2% em 2007. Assim, como Marcelo Carcanholo (2010, p.07-08) resume: “O período 2003-2007 foi, portanto, de forte ascenso (sic) na economia mundial, muito em conta da funcionalidade do capital fictício, que

redefiniu a alta da liquidez internacional e a ascensão do processo de acumulação de capital”. Mas, eis que chega outra crise.

A crise do capital de 2008 tem seus primeiros sinais com a desvalorização das ações de empresas de alta tecnologia. Que formou uma bolha especulativa que ao estourar obrigou a busca de outros mercados. Um dos novos espaços para a valorização do que restou do capital fictício foi o mercado de financiamento de imóveis, basicamente nos EUA.

O mercado imobiliário norte-americano se expandiu mediante a concessão de empréstimos bancários via crédito hipotecário, principalmente aos indivíduos que não possuíam qualificações suficientes (renda, garantias ou história de crédito) para convencer as instituições financeiras de que era um risco aceitável – ou seja, os **subprimes**. Outros produtos hipotecários, segundo Mollo (2011, p. 491) foram “[...] os chamados piggy-backs, onde os empréstimos não exigem entrada, os alt-A, que não exigiam verificação de renda ou reputação”.

Tal tipo de financiamento propiciou o crescimento deste mercado, mas também com ele a elevação dos preços dos imóveis. Os “[...] contratos iniciavam com taxas de juros baixas, mas após meses, eram seguidos por fortes aumentos, onde muitos não puderam seguir pagando” (SEISDEDOS; FRADE, 2009, p. 05).

Contudo, como expõe Marcelo Carcanholo (p.08), a alta desse ciclo já apresentava um caráter especulativo, a formação de outra bolha especulativa, “uma vez que a elevação dos preços dos imóveis permitia a ampliação dos empréstimos para novas compras de imóveis, que voltavam a elevar os preços dos imóveis, e assim por diante”.

Em 2004 os EUA aumentam sua taxa de juros tornando mais difícil o refinanciamento dos débitos. Em meados de 2006, com a diminuição da taxa de crescimento do crédito, os preços dos imóveis começam a cair, o que reduz a riqueza das famílias, e com juros mais caros fica difícil horar com os pagamentos das hipotecas.

Detonada a crise, o seu processo de expansão e contágio se dá pelo fato de que, ao aumentar a inadimplência, os credores passam a sofrer também com problemas de liquidez e solvência, uma vez que os ativos que eles tinham a receber são desvalorizados e, portanto, seus compromissos financeiros podem não ter mais garantia de pagamento. Os credores são obrigados a vender (parte de) seus ativos em troca de dinheiro para, com este, saldar suas obrigações. Esse movimento de venda de ativos provoca a redução dos seus preços e reforça a pressão pela alta da taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras, agravando ainda mais a crise (CARCANHOLO, 2010, p. 08).

Em outros termos, com o crescimento da inadimplência os credores que recebiam seus ativos mediante o pagamento das hipotecas passam a também a sofrer com a crise e são levados a vender partes de seus ativos, agora desvalorizados, para poder pagar outras obrigações.

Os grandes bancos, por sua vez, carregados de títulos hipotecários sofre um aumento dos seus passivos, ao mesmo tempo em que seus ativos se desvalorizam.

Assim, as empresas que investem no mercado produtivo se veem sem capital de giro para produzir, os consumidores deixam de adquirir bens duráveis porque não há crédito e a economia real começa a esfriar, o crescimento econômico desacelera ou se contrai, o desemprego cresce e o consumo segue diminuindo e, quando se percebe, já está em plena recessão. A situação piora ainda mais quando a percepção da gravidade da crise chega a outros países que não mais acreditam que a mesma possa ser reparada por medidas governamentais. A crise então passa a se retroalimentar (SEISDEDOS; FRADE, 2009, p. 05).

Dessa forma, compreende-se que a crise atual foi percebida inicialmente como uma crise financeira, enraizada no colapso do mercado hipotecário, e posteriormente pelo mercado de crédito dos Estados Unidos, tendo a expansão do capital fictício como o seu principal incentivador.

E como bem aponta Mollo (2011, p. 493):

O desenvolvimento do capital fictício não pode ser ilimitado, porque sua valorização decorre de demandas sustentadas por rendas provenientes do processo produtivo (lucros e salários elevados lá gerados). Se o crescimento da produção se atrasa relativamente à valorização do capital fictício, faltará demanda para sustentar novas valorizações e novos ganhos, o que termina por conduzir seus proprietários a vender seus papéis, desencadeando a espiral deflacionária que explicita a crise. A crise consequente é, pois, a forma brutal de estabelecimento dos limites à autonomia da circulação relativamente à produção.

Posto isso, e como Sabadini (2013) complementa, apesar de o capital fictício apresentar uma autonomia relativa em relação ao capital produtivo, mantém com o capital produtivo uma estreita relação dialética de dependência.

Tal autonomia relativa, certamente não vai contra a lógica do capital, pois, como se sabe o capitalismo está sempre à busca de novas formas de acumulação para sobreviver, as quais provocam transformações no ciclo do capital ($D - M - D'$) quer seja na esfera da

produção, quer seja na da circulação. E a fase atual do capitalismo reverbera essa lógica imanente do capitalismo, pois ele cria novas formas de acumulação, e muda para manter e amplificar suas relações de dominação.

Marcelo Carcanholo (2010) ao analisar o ciclo do capital explica que quando o capital entra em crise significa que uma grande quantidade de valor-capital se valorizou excessivamente com relação à possibilidade de manutenção da taxa de lucros que imperavam até aquele momento, este foi o caso da pletora do capital subreacumulado que se encontrava na forma de capital fictício na crise de 2008.

Neste sentido, é preciso que este valor-capital seja desvalorizado para que uma nova fase de acumulação do capital ocorra. Contudo, isso implicaria na quebra dos bancos, fundos de investimentos, fundos de pensões etc.

Vários governos em vez de desvalorizar aquela pletora, ao contrário, expandem a sua dívida pública como forma de criar condições e dar maior fluidez ao capital fictício. O resultado disso foi mais crise, mais endividamento, mais incertezas e mais arrocho na classe trabalhadora que paga com a pele e com os direitos o boleto da conta das aventuras dos capitalistas em troca do lucro e da permanência da lógica do capital fictício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capital fictício é produto do desenvolvimento histórico e econômico do capital portador de juros atrelado à ampliação do sistema de crédito. Tais processos imanentes ao desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista põem à mostra as raízes histórico-econômicas em que se assenta o capital fictício.

Certamente ele nasce como consequência desta relação. Contudo, a compreensão de seu metabolismo exige o entendimento do processo real do modo de produção capitalista. Exige também uma teoria social que possa explicar: como algo que não produz nada pode apropriar-se de valor realizado, sem o roubar e sem produzi-lo? Por isso, o capital fictício, assim como qualquer forma capital, só pode ser analisado tendo o conhecimento da dialética do processo real da produção e reprodução capitalista. E quem possibilita isso, a nosso ver, é Karl Marx em sua obra prima ***O Capital***.

Posto isso, apenas quando compreendemos o metabolismo do modo de produção do capital podemos entender não só as bases do capital fictício, mas também a especificidade dele e sua relação existencial com o processo real de produção capitalista.

No processo direto de produção capitalista, força de trabalho (capital variável) e meios de produção (capital constante) mediante condições de intensidade da jornada normal de trabalho ou/e em encurtamento do tempo de trabalho necessário são postos em atrito produtivo; e desse consumo mútuo resultam produtos/mercadorias preñes de quantidade maior de trabalho que o socialmente necessário à produção destas novas mercadorias em condições normais. Eis aí a produção do excedente do valor, a valorização do valor, a criação da mais-valia.

A mercadoria criada ultrapassa o valor inicialmente empregado pelo capitalista para a sua produção, pois se antes consistia em força de trabalho e meios de produção, agora se tem na composição orgânica desse produto um valor excedente, a mais-valia. Em outros termos: ultrapassou-se o preço de produção, o que o capitalista realmente desembolsa para a produção da mercadoria, visto que se antes era $(c + v)$, agora é $(c + v + m)$.

Por sua vez, este produto é levado ao mercado onde, por hipótese, é todo vendido pelo seu valor. Temos aí a realização da mais-valia, que é embolsada pelo capitalista. Se antes este, ou um agente assalariado a seu mando, compareceu ao mercado para comprar mercadorias, força de trabalho (de homens, mulheres e crianças expropriados dos meios de produção, aptos a venderem a sua força de trabalho como mercadoria para sobreviverem em troca de salário) e

meios de produção (matérias-primas, etc.; valores de uso para o processo produtivo), agora ele, ou o seu agente assalariado, retorna como vendedor de mercadorias.

Tal movimento produtivo consiste na lógica da produção capitalista do valor excedente e de sua valorização. Explica o porquê do dinheiro torna-se mais dinheiro. Demonstra, por sua vez, de onde se origina a mais-valia que os capitalistas embolsam. Porque D torna-se D'.

Contudo, é com o destino que o capitalista dá a esta mais-valia que se dá a reprodução da forma de produção capitalista. A continuidade e a ampliação da produção do capital. Pois, não basta apenas produzir e realizar a mais-valia para que o modo de produção capitalista seja dominante; é necessário que ele seja constantemente reproduzido. Que circule, ou seja, que o capital realize rotações periódicas e constantes. Por isso, o movimento do capital é cíclico e contínuo.

E neste, o valor-capital, no percurso de tal movimento, metamorfoseia-se, muda sua forma (capital monetário, capital produtivo, capital mercadoria) por um tempo para retomá-la, contudo acrescida de mais-valia, por exemplo: $D \rightarrow M_{MP}^{FT} \dots P \dots M\hat{o} = (M + m) \rightarrow D\hat{o} = (D + d)$. E é a destinação dessa mais-valia pelo capitalista que possibilita a reprodução do capital.

Se o destino dessa mais-valia, produzida, expropriada, realizada e embolsada pelo capitalista é o seu consumo em mercadorias e serviços como tais temos uma reprodução simples do capital, pois ao vender a mercadoria, e concomitantemente ao realizar a mais-valia esta é gasta. Assim, o que retorna a nova produção é justamente o valor do capital variável e do capital constante. Dessa forma, esse tipo de reprodução do capital repõe o valor do capital constante e do capital variável e gasta como rendimento a mais-valia realizada.

Se o destino deste valor excedente, no entanto, é o entesouramento para quando atingir, ao longo de vários processos produtivos, um montante significativo e entrar no novo processo de produção como capital adicional tem-se uma reprodução em escala ampliada. A mais-valia entra em estágio de crisálida, é capital potencial. Ela torna-se capital, capitaliza-se, para um novo processo produtivo de expropriação de mais-valia.

Tanto em um como em outro modo de reprodução do capital o objetivo é o mesmo, a mais-valia. Contudo, é com base no segundo que a reprodução capitalista ganha dimensões mais incrementadas, pois a acumulação da mais-valia, ou reprodução em escala ampliada, consiste na lei geral que rege a reprodução do sistema de produção capitalista. Isso não indica que a reprodução simples não seja importante para a reprodução capitalista – aliás, na reprodução do capital uma parte da mais-valia é utilizada como rendimento e outra como

capital – mas que a tendência é capitalizar a mais-valia para expropriar mais-valia. Depende de o capitalista escolher as proporções em que ele consumirá a mais-valia, uma parte maior como renda ou como capital.

E assim, como ocorre à reprodução do capital em relação ao capital individual também se realiza com o capital social total – o conjunto dos capitais individuais.

O caráter histórico do processo de acumulação do capital envolve a ampliação da composição orgânica do capital por meio do incremento de sua massa de capital. Todavia, a substituição historicamente comprovada do trabalho vivo (de trabalhadores) pelo trabalho morto (de máquinas etc.) desemboca na diminuição do valor das mercadorias. E assim, a taxa de lucro dos capitalistas cai.

A taxa de lucro, que consiste na proporção entre mais-valia (m) e capital global ($C = c + v$) é atingida por essa mudança na composição técnica do capital – a relação entre os meios de produção empregados e a força de trabalho utilizada para pôr esse capital em movimento produtivo – visto que também atinge a composição orgânica do capital – a relação, no sentido do valor, entre capital constante e capital variável (c/v). Dessa forma, a taxa de lucro do capitalista diminui ao longo do processo de reprodução do capital.

Todavia, para manter a taxa ou mesmo elevá-la os capitalistas exploram mais trabalho, intensificam o processo de acumulação do capital, o qual compensa a massa de valor perdida em relação ao volume de mercadorias produzidas. Os efeitos da lei geral se atenuam, mas não se extinguem. O que ocorre é mais exploração do trabalho pelo capital.

No processo de acumulação do capital as forças produtivas do trabalho se desenvolvem (com a maquinaria, a tecnologia, a ciência etc.), contudo a apropriação da mais-valia também toma contornos mais complexos, especialmente com o desenvolvimento do sistema de crédito – requisitado pelos grandes negócios e pela expansão do comércio – e pelo aparecimento do capital bancário, este decorrente do capital portador de juros.

O capital portador de juro consiste em capital (na forma dinheiro ou mercadoria) cedido por um capitalista (capitalista prestamista) a outro capitalista (capitalista funcionante que põe em movimento produtivo este capital) em troca de juros pela sua utilização produtiva. Para o capitalista prestamista é de direito o juro, e para o capitalista produtivo resta-lhe o ganho empresarial, ou seja, o lucro menos o juro.

O primeiro é capitalista justamente porque cede seu capital com o intuito de retirar mais valor que o cedido. O segundo porque põe em movimento produtivo o capital alienado e busca também retirar desse processo mais valor que o adiantado.

O banqueiro, por sua vez, torna-se um capitalista prestamista especial, pois se põe como intermediário entre estes dois capitalistas acima, e empresta capital em troca também de juro. Todavia, tal capital, em sua maioria não lhe pertence, mas é oriundo de depósitos que os capitalistas prestamistas, o Estado, os trabalhadores etc., realizam em troca de juros dos bancos, os quais nem se comparam ao juro exigido por estes a que lhe tomam emprestado.

Com o recolhimento dos juros, os banqueiros pagam o juro dos seus acionistas e embolsa uma parte. E tal como os capitalistas acima, o banqueiro busca através de o empréstimo que ele concede até mesmo a seus próprios acionistas, retirar mais do que foi emprestado.

Assim, este parasita da produção real torna-se aquele que centraliza em suas mãos o capital monetário emprestável, e que concede signos – letras de câmbio, por exemplo, – que funcionam como crédito e estes como capital para expropriar mais-valia.

Certamente, o processo de acumulação do capital corre mais rapidamente, todavia os capitalistas produtivos – aqueles que põem realmente o capital para produção de mais-valia – têm nos banqueiros outro grande concorrente da mais-valia, pois o juro do banqueiro, do prestamista, assim como o ganho empresarial do capitalista funcionante; não são nada mais que partes da mais-valia.

São nestas bases de expansão da produção capitalista em que se origina o capital fictício. Contudo, como produto delas se diferencia em seu metabolismo do capital portador de juros e do capital bancário, justamente porque esta forma-capital cede capital, mas seu juro não é decorrente deste capital, mas de outro já realizado. Os dividendos da dívida pública, por exemplo, é decorrente de outra fonte – os impostos arrecadados – e não do capital empregado inicialmente pelo prestamista ao Estado.

Tal processo escamoteia, por sua vez, a lógica da exploração do trabalho pelo capital, a produção da riqueza material, a acumulação do capital, pois se apresenta na superfície social como um capital que por si e para si cria mais-valia. Que se autovaloriza. Que é autômato ao processo real de produção capitalista. E ao mesmo tempo que apresenta essa face ajuda o discurso falso de que dinheiro por si gera dinheiro.

No entanto, o capital fictício não produz nada, é mais uma forma camuflada para intensificar o processo de acumulação do capital, ou seja, o processo do capital produtivo, de criação e expropriação de mais-valia à custa da exploração do trabalho. Age como um autêntico parasita, assim como o capital portador de juro e o capital bancário, da produção real.

O juro concreto do capital fictício é oriundo do processo real da produção capitalista, ou seja, do processo de criação e valorização da mais-valia. Advém da subordinação do trabalho ao capital; da subjugação da classe trabalhadora ao interesse das personificações do capital; da reprodução da violência constante contra os trabalhadores explorados para mantê-los como trabalhadores explorados. Da negação e/ou ocultamento da possibilidade de uma alternativa a esta sociedade que nos encaminha cada vez mais à barbárie.

Posto isso, em Marx, em sua obra máxima, mesmo ele não podendo naquela época tratar mais detalhadamente do capital fictício deixou para nós o mais importante: a lógica para compreendermos o seu metabolismo e descortinar o caráter místico deste capital que se apresenta como autômato perante a sociedade, mas que na realidade tem sua concretude na intensificação do processo real de exploração da força de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANDAKU, C.A; BUENO, F.M. Capital fictício em duas interpretações do capitalismo contemporâneo. **Anais do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels**. 2009.
- BARATA-MOURA, J. Na apresentação do Livro II de O Capital. In: **Rev. Vértice**, n. 152, p. 5-25, maio/ jun., 2010.
- BUKHARIN, N. **La economía política del rentista**: crítica da economia marginalista. CORDONA: Pasado y Presente, 1974.
- CARCANHOLO, M. D. Crise Econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. In: **Rev. Aurora**, Marília, ano IV, n. 6, p. 01-10, ago. 2010.
- CARCANHOLO, R (Org.). **Capital**: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CARCANHOLO, R. A; SABADINI, M.S. Capital fictício e lucros fictícios. In: **Revista Soc. Bras. Economia Política**. Rio de Janeiro, nº 24, jun. 2009, p. 41-65.
- CARCANHOLO, R; NAKATANI, P. O Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da Globalização. **Ensaio FEE**, V. 20, nº 1, Porto Alegre, jun. de 1999, p.264-304.
- CARCANHOLO, R. A atual crise do capitalismo. In: **Crítica Marxista**, **n.29, p.49-55, 2009**.
- CARVALHO, E. **A totalidade como categoria central na dialética marxista**. In: Rev. Outubro do Instituto de Estudos Socialistas, nº 15, 2007. Disponível em < <http://orientacao-marxista.blogspot.com.br/2008/07/totalidade-como-categoria-central-da.html> > Acesso em 14 de mar de 2016.
- CHESNAIS, F (Org.). **A Finança Mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração e consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORAZZA, G. **Notas teóricas sobre as relações real-monetário em Marx**. In: Jornada de economia política: JEP, 2. 1999.
- GERMER, C.M. **O sistema de crédito e o capital fictício em Marx**. In: Ensaio FEE, Porto Alegre. 179-201,1994.
- GORENDER, J. **Apresentação do Livro O Capital**: crítica da economia Política, p. 5-160, 1996.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1987.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Abril cultural, 1985.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1987.

LENIN, V. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 2007.

LESSA, S. **Mundo dos Homens**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho**: por que o Serviço Social não é trabalho? 2.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, S. **O Revolucionário e o estudo**: Por que não estudamos? São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LIMA, C. A. F. Violência e esvaziamento humano na dominação do capital fictício (Um breve olhar). In: **Rev. do Ceam**, v. 2, n. 2, p. 101-121, jul./dez. 2013.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo; Cortez, 1995.

LUKÁCS, G. O trabalho. In: **Para uma Ontologia do Ser Social**. Tradução de Ivo Tonet. Disponível em <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lukacs,%20Georg/O%20TRABALHO%20-%20traducao%20revisada.pdf> acesso em 30 de jun. 2016.

LUXEMBURGO, R. O segundo e o terceiro volumes d' O capital. In: **Rev. Crítica Marxista**, n. 29, p. 135-143, 2009.

MALLET, S. **La nouvelle classe ouvrière**. Paris; Éditions du Seuil, 1963.

MARQUES, R. M; NAKATANI, P. Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 65-78, Jan./Abr. 2013.

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social, identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. V.1. Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital. Tomo 1 (Prefácio e capítulos I a XII). Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e R, Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. (Os economistas). Disponível em < **OS ECONOMISTAS - O CAPITAL CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA** > Acesso em 15 de mar. de 2014.

MARX, K. **O Capital:** crítica da Economia Política. V.2. Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e R, Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. (Os economistas). Disponível em < [OS ECONOMISTAS -O CAPITAL CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA](#) > Acesso em 15 de mar. de 2014.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da Economia Política. V.3. Livro segundo – O Processo de Circulação do Capital. 3 ed. Coordenação e revisão de Paul Singer e tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova cultural, 1988. (Os economistas).

MARX, K. **O Capital:** Crítica da Economia Política. V.4. Livro Terceiro – O Processo Global da Produção Capitalista. 2 ed. Tomo 1 (Primeira Parte). Editado por Friedrich Engels. Coordenação e revisão de Paul Singer, tradução de Regis Barbosa e R, Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986a. (Os economistas). Disponível em < [228501311-Marx-O-Capital-Livro-3-Tomo-1-.pdf](#) > . Acesso em 10 de jan. de 2015.

MARX, K. **O Capital:** Crítica da Economia Política. V.5. Livro Terceiro – O Processo Global da Produção Capitalista. 2 ed. Tomo 2 (Segunda Parte). Editado por Friedrich Engels. Coordenação e revisão de Paul Singer, tradução de Regis Barbosa e R, Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986b. (Os economistas). Disponível em < [269184548-O-Capital-Livro-3-Tomo-2-O-Processo-Global-da-Producao-.pdf](#) > . Acesso em 10 de jan. de 2015.

MEHRING, F. O Capital. In: **Marx e o Socialismo**. César Benjamim (Org.). São Paulo: expressão Popular, 2003.

MEYER, V. A dominação do capital fictício. In: **Gazeta Mercantil**. 8 de jan. de 1988. Disponível em < www.centrovictormeyer > acesso em 20 de set. 2016.

MOLLO, M. L. R. Capital fictício, autonomia, produção-circulação e crises: precedentes teóricos para o entendimento da crise atual. In: **Rev. Economia**, Brasília, v. 12, n.3, p. 475-496, set/dez.2011.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, A. E. **Serviço Social brasileiro:** profissão e área do conhecimento. In: R. Katálise. Florianópolis, v. 16, n. esp., p.17-27, 2013.

NAKATANI, P. Capital especulativo parasitário, Capital fictício e crise no brasil. In: **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**, 2000, Vol. VI, No. 2 (jul-dic), pp. 209-235.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

SABADINI, M.S. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. In: **Rev. Economia e Sociedade**, Campinas, v.22, n.3, p.583-608, dez. 2013.

SABADINI, M.S. *Capital fictício e efeitos sobre o mundo do trabalho*. Trabalho apresentado no Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, set. 2009.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica*. Campinas: Autores Associados, 1991.

SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: Unesp, 1990.

TONET, I. *Método científico*: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.